



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil  
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

## TERMO DE REFERÊNCIA

### I - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** A contratação em questão visa garantir o atendimento médico de todos os servidores do Estado do Rio de Janeiro, bem como proporcionar a sua segurança física, a fim de trazer excelência aos cuidados e bem-estar daqueles que integram a estrutura pública. Além disso, busca-se cumprir as obrigações impostas pelo Governo Federal, em razão das exigências constantes no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, para todos os Órgãos Integrantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**1.2.** A necessidade dessa contratação se justifica principalmente por exigências legais e pela ausência de servidores qualificados na Administração Pública para a realização dos serviços de Segurança e Medicina do Trabalho no âmbito de todo o Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, optou-se pela terceirização dos serviços mencionados.

**1.3.** Outro evento cujo o Governo do Estado do Rio de Janeiro necessita de assessoria especializada seria a Comunicação de Acidentes do Trabalho (S-2210), igualmente prevista como exigência no Manual de Orientação do eSocial (MOS). Em síntese, as obrigações que compõe o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, a elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP e a Assessoria voltada para Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT), exigidas pelo Governo Federal, carecem de realização e complementação.

### II – DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 2.1. Especificação do Bem/Serviço

Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; elaborar e coordenar o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR; elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, bem como realizar exames médicos periódicos do PCMSO, ou seja, prestar assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho para o cumprimento das exigências, constantes no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, para todos os Órgãos Integrantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que atualmente está entorno de 180.000 (cento e oitenta mil) servidores tanto da administração Direta quanto da Indireta.

Item	ID SIGA	Descrição	Unidade de Medida	Quant.
------	------------	-----------	----------------------	--------

1	64635	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO <b>Região Central</b> <b>Código do Item: 3615.001.0004</b>	Serviço	1
2	64635	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO <b>Região Norte</b> <b>Código do Item: 3615.001.0004</b>	Serviço	1
3	64635	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO <b>Região Sul</b> <b>Código do Item: 3615.001.0004</b>	Serviço	1

Estimou-se a contratação de uma empresa para a prestação do serviço técnico de medicina do trabalho, para os 180.000 (cento e oitenta mil) servidores do Estado do Rio de Janeiro, conforme Ofício Circular SECC/SUBGEP nº 8.

ÓRGÃOS	QUANTIDADE ATIVO	% SERVIDORES
AGENERSA	120	0,0670%
AGETRANSP	106	0,0592%
CASERJ	57	0,0318%
CEASA	261	0,1457%
CECERJ	219	0,1222%
CEPERJ	127	0,0709%
CGE	357	0,1993%
CODERTE	117	0,0653%
CODIN	97	0,0541%
CTC	4	0,0022%
DER	538	0,3003%
DETRAN	2.892	1,6141%
DETRO	271	0,1513%
DRM	77	0,0430%
EMATER	562	0,3137%
EMOP	407	0,2272%
FAETEC	5.464	3,0496%
FAPERJ	66	0,0368%
FIA	212	0,1183%
FIPERJ	111	0,0620%
FMIS	53	0,0296%
FSC	66	0,0368%
FTM	544	0,3036%
FUNARJ	259	0,1446%
FUNDAÇÃO LEÃO XIII	415	0,2316%
FUNDAÇÃO SAÚDE	3.047	1,7006%

GSI	498	0,2779%
IASERJ	713	0,3979%
IEEA	110	0,0614%
INEA	956	0,5336%
I.O.	196	0,1094%
IPEM	335	0,1870%
ITERJ	151	0,0843%
IVB	120	0,0670%
JUCERJA	216	0,1206%
LOTERJ	57	0,0318%
PESAGRO	255	0,1423%
PROCON	156	0,0871%
PRODERJ	299	0,1669%
RIOMETROPOLE	45	0,0251%
RIOPREVIDENCIA	384	0,2143%
RIOSEGURANCA	49	0,0273%
RIOTRILHOS	365	0,2037%
SEAP	5.658	3,1579%
SEAPPA	499	0,2785%
SEAS	156	0,0871%
SECC	1.236	0,6898%
SECEC	362	0,2020%
SECTI	124	0,0692%
SEDEC	12.675	7,0743%
SEDEICS	147	0,0820%
SEDSODH	578	0,3226%
SEEDUC	63.580	35,4859%
SEEL	195	0,1088%
SEENEMAR	48	0,0268%
SEFAZ	1.560	0,8707%
SEGOV	466	0,2601%
SEHIS	131	0,0731%
SEIC	260	0,1451%
SEIJES	124	0,0692%
SEM	88	0,0491%
SEPLAG	531	0,2964%
SEPM	43.789	24,4399%
SEPOL	7950	4,4371%
SERGB	57	0,0318%
SES	7.696	4,2954%
SESP	77	0,0428%
SEDCON	86	0,0477%
SETD	48	0,0268%
SETRAB	195	0,1088%
SETRAM	117	0,0653%
SETUR	123	0,0686%
SUDERJ	82	0,0458%
TURISRIO	68	0,0380%
UENF	859	0,4794%
UERJ	8.359	4,6654%
VICE GOV	55	0,0307%
<b>TOTAL PREVISTO</b>	<b>180.000</b>	<b>100,00%</b>

Segue abaixo a relação da distribuição dos servidores em relação aos municípios do Estado do Rio de

Janeiro que trabalham, e a Secretaria de Representação do RJ em Brasília:

ITEM	MUNICÍPIOS	GRUPO	SERVIDORES	SOMA GRUPO
1	Belford Roxo	1	2.776	120.819
2	Duque de Caxias	1	5.571	
3	Itaguaí	1	631	
4	Japeri	1	529	
5	Magé	1	1.613	
6	Mesquita	1	1.593	
7	Nilópolis	1	993	
8	Nova Iguaçu	1	4.165	
9	Queimados	1	1.240	
10	Rio de Janeiro	1	98.427	
11	São João de Meriti	1	2.735	
12	SEC. DE REPRESENTAÇÃO DO RJ EM BRASÍLIA	1	63	
13	Seropédica	1	483	
14	Araruama	2	772	
15	Armação dos Búzios	2	190	
16	Arraial do Cabo	2	196	
17	Cabo Frio	2	1.992	
18	Casimiro de Abreu	2	366	
19	Iguaba Grande	2	179	
20	Itaboraí	2	1.585	
21	Maricá	2	793	
22	Niterói	2	8.154	
23	Rio Bonito	2	339	
24	Rio das Ostras	2	528	
25	São Gonçalo	2	5.712	
26	São Pedro da Aldeia	2	641	

27	Saquarema	2	654
28	Silva Jardim	2	136
29	Tanguá	2	141
30	Aperibé	2	114
31	Bom Jesus do Itabapoana	2	501
32	Cambuci	2	281
33	Campos dos Goytacazes	2	6.433
34	Carapebus	2	36
35	Cardoso Moreira	2	107
36	Conceição de Macabu	2	163
37	Italva	2	186
38	Itaocara	2	412
39	Itaperuna	2	2.155
40	Laje do Muriaé	2	112
41	Macaé	2	1.708
42	Miracema	2	391
43	Natividade	2	221
44	Porciúncula	2	208
45	Quissamã	2	65
46	Santo Antônio de Pádua	2	1.038
47	São Fidélis	2	445
48	São Francisco de Itabapoana	2	325
49	São João da Barra	2	341
50	São José de Ubá	2	60
51	Varre-Sai	2	98
52	Areal	3	71
53	Bom Jardim	3	271
54	Cachoeiras de Macacu	3	387

37.778

55	Cantagalo	3	221
56	Carmo	3	273
57	Comendador Levy Gasparian	3	88
58	Cordeiro	3	346
59	Duas Barras	3	138
60	Engenheiro Paulo de Frontin	3	78
61	Guapimirim	3	223
62	Macuco	3	106
63	Mendes	3	155
64	Miguel Pereira	3	252
65	Nova Friburgo	3	2.187
66	Paracambi	3	374
67	Paraíba do Sul	3	295
68	Paty do Alferes	3	194
69	Petrópolis	3	2.074
70	Santa Maria Madalena	3	113
71	São José do Vale do Rio Preto	3	76
72	São Sebastião do Alto	3	146
73	Sapucaia	3	205
74	Sumidouro	3	124
75	Teresópolis	3	1.325
76	Trajano de Moraes	3	126
77	Três Rios	3	1.185
78	Vassouras	3	372
79	Angra dos Reis	3	1.487
80	Barra do Piraí	3	1.458
81	Barra Mansa	3	992
82	Itatiaia	3	182

21.403

83	Mangaratiba	3	228
84	Paraty	3	329
85	Pinheiral	3	140
86	Piraí	3	240
87	Porto Real	3	73
88	Quatis	3	57
89	Resende	3	1.404
90	Rio Claro	3	153
91	Rio das Flores	3	100
92	Valença	3	659
93	Volta Redonda	3	2.496
TOTAL GERAL		180.000	180.000

Para a presente contratação, vislumbrou-se a possibilidade da divisão do objeto contratual em 3 (três) lotes:

**- Lote 1 – região central** - Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica e a SEC. DE REPRESENTAÇÃO DO RJ EM BRASÍLIA.

Para justificar a inclusão da Secretaria de Representação do RJ em Brasília no grupo 1 no contexto da contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, deve-se destacar a relevância estratégica da secretaria e a necessidade de garantir condições adequadas de saúde e segurança para os servidores que atuam em Brasília.

A Secretaria de Representação em Brasília exerce um papel fundamental na interlocução entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal, sendo responsável por articular e viabilizar interesses estaduais junto às instâncias de decisão nacionais. A posição geográfica e a natureza de suas atividades tornam fundamental que os servidores da Secretaria tenham acesso imediato e prioritário aos serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, visando minimizar riscos ocupacionais e garantir a conformidade com as normas de saúde e segurança vigentes.

A inclusão no grupo 1 assegura que os profissionais que trabalham em Brasília, representando o Estado em negociações importantes, recebam a mesma atenção que os servidores dos principais municípios do estado, como o Rio de Janeiro, garantindo que suas condições de trabalho estejam plenamente alinhadas às exigências de segurança e saúde ocupacional. Isso reforça o compromisso do Estado em fornecer um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos os seus servidores, independentemente da localidade onde estejam desempenhando suas funções.

**- Lote 2 – região norte** – Municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá, Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Varre-Sai.

**- Lote 3 – região Sul** – Municípios de Areal, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Macuco, Mendes, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis, Santa

Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes, Três Rios, Vassouras, Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Mangaratiba, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro possui 08 (oito) macro-regiões: Região da Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Região Centro-Sul, Serrana, Baixadas Litorâneas, Norte e Noroeste. A divisão do objeto em 03 (três) grupos visa minimizar o risco da contratação e aumentar a competitividade.

Para a execução do serviço existe a necessidade de diversas tarefas a serem executadas correlacionadas ao escopo do serviço. Diante disso, para melhor exemplificar as tarefas, foi elaborado os quadros abaixo:

**LOTE 1:**

<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
PCMSO (elaboração e coordenação)/PGR(elaboração e coordenação)/LTCAT/ LTIP/Assessoria CAT	ANO	120.819
Exames ocupacionais (Admissional, Período, de retorno do Trabalho, Mudança de Função, demissional)	EXAME	120.819
Hora Médica	HORA	4.020
Medição de CO através de Detector de Monóxido de Carbono por avaliação	AVALIAÇÃO	201
Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo	AVALIAÇÃO	201
Medição de Dosimetria de Ruído por jornada integral de trabalho através de Dosímetro por GHE (Grupo Homogêneo de Exposição)	GHE	335
	(Grupo Homogêneo de Exposição)	
Medição de Agentes Químicos através de Bomba de Amostragem	AGENTE QUÍMICO	335
<b>MEDIÇÕES DIVERSAS</b>	AVALIAÇÃO	201
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>		
Hemograma	AVALIAÇÃO	2.412
Radiografia de Torax PA	AVALIAÇÃO	2.412
Radiografia de Torax PA OIT	AVALIAÇÃO	2.412
ECG (Eletrocardiograma)	AVALIAÇÃO	2.412
Audiometria	AVALIAÇÃO	2.412
Acuidade visual	AVALIAÇÃO	2.412



Espirometria	AVALIAÇÃO	2.412
EEG (Eletroencefalograma)	AVALIAÇÃO	2.412
Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	2.412

**LOTE 2:**

<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
PCMSO (elaboração e coordenação)/PGR(elaboração e coordenação)/LTCAT/ LTIP/Assessoria CAT	ANO	37.778
Exames ocupacionais (Admissional, Período, de retorno do Trabalho, Mudança de Função, demissional)	EXAME	37.778
Hora Médica	HORA	1.260
Medição de CO através de Detector de Monóxido de Carbono por avaliação	AVALIAÇÃO	63
Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo	AVALIAÇÃO	63
Medição de Dosimetria de Ruído por jornada integral de trabalho através de Dosímetro por GHE (Grupo Homogêneo de Exposição)	GHE	105
	(Grupo Homogêneo de Exposição)	
Medição de Agentes Químicos através de Bomba de Amostragem	AGENTE QUÍMICO	105
<b>MEDIÇÕES DIVERSAS</b>	AVALIAÇÃO	63
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>		
Hemograma	AVALIAÇÃO	756
Radiografia de Torax PA	AVALIAÇÃO	756
Radiografia de Torax PA OIT	AVALIAÇÃO	756
ECG (Eletrocardiograma)	AVALIAÇÃO	756
Audiometria	AVALIAÇÃO	756
Acuidade visual	AVALIAÇÃO	756
Espirometria	AVALIAÇÃO	756
EEG (Eletroencefalograma)	AVALIAÇÃO	756
Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	756

**LOTE 3:**

<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
PCMSO (elaboração e coordenação)/PGR(elaboração e coordenação)/LTCAT/ LTIP/Assessoria CAT	ANO	21.403
Exames ocupacionais (Admissional, Período, de retorno do Trabalho, Mudança de Função, demissional)	EXAME	21.403
Hora Médica	HORA	720
Medição de CO através de Detector de Monóxido de Carbono por avaliação	AVALIAÇÃO	36
Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo	AVALIAÇÃO	36
Medição de Dosimetria de Ruído por jornada integral de trabalho através de Dosímetro por GHE (Grupo Homogêneo de Exposição)	GHE	60
	(Grupo Homogêneo de Exposição)	
Medição de Agentes Químicos através de Bomba de Amostragem	AGENTE QUÍMICO	60
<b>MEDIÇÕES DIVERSAS</b>	AVALIAÇÃO	36
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>		
Hemograma	AVALIAÇÃO	432
Radiografia de Torax PA	AVALIAÇÃO	432
Radiografia de Torax PA OIT	AVALIAÇÃO	432
ECG (Eletrocardiograma)	AVALIAÇÃO	432
Audiometria	AVALIAÇÃO	432
Acuidade visual	AVALIAÇÃO	432
Espirometria	AVALIAÇÃO	432
EEG (Eletroencefalograma)	AVALIAÇÃO	432
Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	432

**2.1.1.** A especificação do objeto está em conformidade com o catálogo do Sistema SIGA. Relacionado ao catálogo eletrônico de padronização de logística (CatELog) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, apesar de instituído pelo Decreto nº 49.316/2024, de acordo com o Art. 4º, o CatELog ainda será disponibilizado e gerenciado pelo Órgão Central do Sislog, que definirá os modelos de contratação padronizados nos termos do inciso LI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, de acordo com a Política de Gestão Estratégica de

Suprimentos - PGES disposta no Decreto 47.525, de 17 de março de 2021. Cabe informar que no Catálogo Eletrônico de Padronização Federal não constam itens que tenham relação ou similaridade com o respectivo objeto deste Termo de Referência.

**2.1.2.** O objeto deverá atender às especificações técnicas mínimas e quantidades estabelecidas neste instrumento e, havendo eventual divergência entre as especificações aqui descritas e as constantes no catálogo do Sistema SIGA, deverão prevalecer as descrições deste Termo;

## **2.2. Plano de Contratações Anual - PCA**

**2.2.1.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025:

**2.2.1.2.** ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-0000048/2025

**2.2.1.3.** Data de publicação no PNCP: 01/08/2024

**2.2.1.4.** Id do item no PCA: 17648

**2.2.1.5.** Classe/Grupo: 348 - SERVICOS DE PERÍCIA MÉDICA

## **2.3. Descrição técnica do serviço**

O objeto destina-se a prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para todos os Órgãos Integrantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tanto da administração Direta quanto da Indireta.

**2.3.1.** Os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho deverão ser executados de acordo com os ditames do art. 7, do inciso XXII da Constituição Federal, do Capítulo V da CLT, com a redação dada pela Lei nº. 6.514/1977 e com as Normas Regulamentadoras - NRs 01, 07, 09, 15 e 16, conforme os critérios formais abaixo:

**a)** A NR01 descreve a Disposições Gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, que tem como objetivo estabelecer as disposições gerais o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho e as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

**b)** A NR07 dispõe sobre o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do programa nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização.

**c)** A NR 09, estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais.

**d)** A NR 15 (editada pela Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978), descreve as atividades, operações e agentes insalubres, inclusive seus limites de tolerância, define as situações que, vivenciadas nos ambientes de trabalho pelos trabalhadores, demonstrem a caracterização do exercício insalubre e também os meios de os proteger da exposição nociva à saúde.

**e)** A NR 16 (editada pela Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978), descreve as atividades e operações perigosas, as quais constam nos anexos da referida norma do MTE– Ministério do Trabalho e Emprego, assegurando ao empregado a percepção de adicional incidente sobre o seu salário base da categoria.

**2.3.2.** Além disso, com vistas à operacionalização e desenvolvimento dos serviços prestados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a empresa CONTRATADA deverá:

**2.3.3.** Realizar visitas presenciais aos locais de trabalho previamente informados pela CONTRATANTE;

**2.3.4.** Realizar entrevistas presenciais com número proporcionalmente aceito pela metodologia legal para amostragem dos funcionários (considera-se para tanto que não é necessário entrevistar todos os funcionários que executem a mesma atividade, mas sim um número que seja suficiente e legalmente aceito para desenvolvermos uma base sólida) e servidores previamente informados pela CONTRATANTE;

**2.3.5.** Realizar atendimento mensal dos servidores encaminhados pela CONTRATANTE aos locais de

atendimento da CONTRATADA, ou realizar agendamento prévio junto a cada órgão da administração pública que dispõe de lugar para a realização do serviço, obedecendo o cronograma de atividades fixado;

**2.3.5.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar um Canal de comunicação (preferencialmente online/eletrônico) para agendamento de consultas e exames dos servidores do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**2.3.5.2.** A ferramenta digital mencionado no item acima deverá ser apresentada das seguintes formas: (i) Aplicativo; (ii) Website.

**2.3.6.** Acompanhar a execução dos serviços exercidos pelos servidores e funcionários da CONTRATANTE, com vistas a elaboração dos laudos objeto da contratação;

**2.3.7.** Dispor, ou, viabilizar estrutura adequada para realização de entrevistas e exames, quando a realização destes não forem possíveis nos locais previamente indicados pela CONTRATANTE;

**2.3.8.** Enviar para a CONTRATANTE todos os documentos, registros e informações inerentes aos serviços prestados, dentro de período hábil conforme a realização e espécie dos exames e avaliações, considerando para tanto, o número de funcionários e servidores avaliados, bem como, a complexidade dos serviços a serem encaminhados;

**2.3.9.** Encaminhar, mensalmente, boletim de medição, consistente em relatório analítico e sintético de todas as atividades e serviços prestados, cuja aprovação ou pedido de complementação será respondida pela contratante no prazo de 7 dias úteis.

**2.3.9.1.** Uma vez aprovado o boletim de medição, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal referente aos serviços prestados, no prazo de 5 dias úteis.

**2.3.10.** Deverá disponibilizar meio de comunicação que permita a consulta ou fornecimento de informações dos serviços já realizados ou a serem realizados, conforme necessidade e urgência da CONTRATANTE;

**2.3.10.1.** A empresa CONTRATADA deverá, após a assinatura do Contrato, apresentar ferramenta digital para que os beneficiários (setoriais de Recursos Humanos) possam realizar o agendamento dos serviços a serem executados, conforme previsão do item **2.3.5.1** e **2.3.5.2**.

**2.3.10.2.** A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação (telefone e e-mail) para que os setoriais de Recursos Humanos dos órgãos possam se comunicar por qualquer eventualidade.

**2.3.11.** Permitir, conforme adequações contratuais, os esclarecimentos complementares que se façam necessários pela CONTRATADA.

**2.3.12.** Os relatórios, documentos e demais registros emitidos pela CONTRATADA serão enviados por meio virtual à CONTRATANTE, no formato PDF.

**2.3.12.1.** A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar o s documentos mencionados no item acima em Website.

**2.3.13.** Executar os serviços em estrita observância das especificações do Termo de Referência e do Contrato, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**2.3.14.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;

**2.3.15.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**2.3.16.** Atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência e do Contrato.

**2.3.17.** Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e regularidade exigidas na licitação.

**2.3.18.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas os serviços com imperfeições, erros ou defeitos, em prazo fixado pela CONTRATANTE, conforme a razoabilidade que o caso exija;

**2.3.19.** Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, exceto mediante prévia anuência do CONTRATANTE, se for o caso;

**2.3.20.** Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, bem como ressarcir eventuais danos de

quaisquer naturezas causadas diretamente ao CONTRATANTE, seus funcionários ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da CONTRATANTE, em seu acompanhamento;

**2.3.21.** Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do Contrato, qualquer relação de emprego entre o CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA fornecer para execução dos serviços;

**2.3.22.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços contratados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, de acordo com o que preceitua o art. 125, da Lei Federal 14.133/21;

**2.3.23.** Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos estabelecidos no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

**2.3.24.** Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

**2.3.25.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**2.3.26.** Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar a qualidade dos serviços ou, ainda, comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;

**2.3.27.** Cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, assumindo o compromisso de manter a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações fornecidas pelo CONTRATANTE; e, obriga-se, também, a tratar e a descartar os dados em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

**2.3.28.** Manter consigo os prontuários individuais dos trabalhadores da CONTRATANTE, durante o período de duração deste Contrato, e entregá-los à CONTRATANTE, em caso de rompimento do Contrato, bem como ao final de sua vigência;

**2.3.29.** Indicar os profissionais que realizarão os serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, e apresentar seus respectivos comprovantes de formação na área;

**2.3.30.** Dispor de profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;

**2.3.31.** Para a elaboração do PGR, deverá a CONTRATANTE dispor de Engenheiros de Segurança do Trabalho e Técnicos de Segurança do Trabalho, em número suficiente para visitar cada Órgão integrante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, para a realização das inspeções e medições indicadas;

**2.3.32.** Para a elaboração do PCMSO, deverá a CONTRATADA ter médicos suficientes para atender a presente demanda nos prazos estipulados no Cronograma de prestação de serviços;

**2.3.33.** Realizar relatório do PCMSO, com vistas a auxiliar à CONTRATANTE na alimentação do eSocial, conforme periodicidade indicada pela legislação;

**2.3.34.** Para a elaboração dos laudos referentes ao LTIP e LTCAT, estes deverão ser feitos nos setores e funções dos Órgãos integrantes do Governo do Estado, devendo ser obedecidas as orientações das Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo NR-15 e NR-16 e da Portaria MS/SUS n. 453/98, devendo as informações constarem em Planilhas de avaliações a serem encaminhadas por mídia digital, mensal, conforme avanços das avaliações efetuadas pela CONTRATADA.

**2.3.35.** Realizar as consultas clínicas ocupacionais com o subsídio prévio do PCMSO, relacionando por cargo, setor e função, os desvios de saúde que devem merecer atenção;

**2.3.36.** Proceder à anamnese clínica e ocupacional (atual e pregressa), realizar o exame físico completo e atender durante todo o desenvolvimento da semiologia para sinais e sintomas possivelmente relacionados com riscos identificados na grade de exames médicos do PCMSO;

**2.3.37.** Preencher todos os itens da **Ficha Clínica Ocupacional** à saber: Identificação do servidor; tipo de exame; hábitos de vida; antecedentes mórbitos; imunizações; anamnese ocupacional; história ocupacional atual; acidentes de trabalho; história clínica atual; exame físico; hipóteses diagnósticas e conclusão;

**2.3.38.** Concluir pela aptidão ou inaptidão para a função proposta, informando sua decisão e o motivo que a determinam ao empregado/servidor;

**2.3.39.** Preencher o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO em 3 (três) vias que serão assinadas pelo médico do trabalho e o servidor, devendo a 1ª via ser encaminhada à CONTRATANTE, a 2ª via ficará aos cuidados do servidor e a 3ª via será arquivada junto ao prontuário médico do servidor;

**2.3.40.** Caso o servidor precise de tratamento médico de doenças diagnosticadas, deverá a CONTRATADA fazer o encaminhamento do servidor para o SUS;

**2.3.41.** Emitir em receituário ou formulário específico orientações ao CONTRATANTE (restrições à atividade laboral), constando situação técnico ou legalmente incorretas que devem ser corrigidas;

**2.3.42.** Atestar a aptidão física e mental para a função pretendida pelo servidor, através de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;

**2.3.43.** Os dados de avaliação clínica e complementar, conclusões e medidas aplicadas, são registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico conveniado pela CONTRATADA.

**2.3.44.** Para a prestação de serviços a CONTRATADA deverá estar devidamente regulamentada, ter equipe médica e devidos equipamentos padronizados em qualidade e quantidade suficientes ao atendimento do numeroso quadro de funcionários do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a elaboração de laudos técnicos em consonância com os critérios formais constantes nas Normas Regulamentadoras.

**2.3.45.** A empresa CONTRATADA deverá assegurar a elaboração e envio de:

1. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO);

2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)

3. Exames complementares: audiometria, raio-x de tórax, espirometria, hemograma, fezes, urina, dentre tantos outros quando considerados como necessários pelo médico coordenador ou quando relacionados a possível exposição a riscos ocupacionais e ambientais presentes no local de trabalho do funcionário ou que façam parte da sua atividade laboral propriamente dita.

4. Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP).

5. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

**2.3.46.** A empresa CONTRATADA também deverá assessorar o órgão na elaboração da Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT), indicando os meios e documentos necessários ao preenchimento e envio.

**2.3.47.** Declaração de que a empresa possui/possuirá a rede credenciada mínima de estabelecimentos e profissionais, no momento do início de execução dos serviços, conforme **ANEXO - III e ANEXO IV**.

**2.3.48.** Manutenção de rede credenciada de estabelecimentos que atenda às exigências em todo o Estado do Rio de Janeiro, cumprindo durante toda a vigência contratual, especialmente, o quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados exigidos pela SECC nas macroregiões do Estado.

## **2.4. Da metodologia do cálculo da demanda**

A contratação busca cumprir as obrigações impostas pelo Governo Federal dos eventos em Saúde e Segurança do Trabalho (SST) do Grupo 4, em razão das exigências constantes no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, para todos os Órgãos Integrantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, atualmente o número de funcionários e servidores, tanto da Administração direta quanto da indireta, está em torno de **180.000 (cento e oitenta mil)**, que deverão ser submetidos aos cuidados e atualizações dos exames e monitoramentos exigidos.

## **2.5. Natureza do objeto**

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa

constante do Estudo Técnico Preliminar.

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e **serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;"

### III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 3.1. Do parcelamento ou não da solução

De acordo com o art. 47, inciso II da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso."

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Não obstante, o Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula n.º 247 preconizou:

"É obrigatória a admissão da **adjudicação por item** e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." [grifos nossos]

Nessa direção, observou-se o exposto no documento "Riscos e Controles nas Aquisições" (RCA), igualmente elaborado pelo TCU e consolidado pelo Acórdão TCU nº 1321/2014 - Plenário, no que concerne ao parcelamento da solução:

• **Risco:** "Não parcelar solução cujo parcelamento é viável, levando a diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados".

• **Sugestão de controle interno:** "A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas" (grifos nossos): "1) É tecnicamente viável dividir a solução?; 2) É economicamente viável dividir a solução?; 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?; e 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?".

Ao analisar a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação pretendida pela perspectiva dessas quatro questões suscitadas, verificam-se as seguintes respostas:

1. É tecnicamente viável dividir a solução;
2. É economicamente viável dividir a solução;

3. Não há perda de escala ao dividir a solução;

4. Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

Na presente contratação, vislumbrou-se a possibilidade da divisão do objeto contratual em 3 (três) grupos:

- **Grupo 1 – região central** - Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica e a SEC. DE REPRESENTAÇÃO DO RJ EM BRASÍLIA.

- **Grupo 2 – região norte** – Municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá, Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Varre-Sai.

- **Grupo 3 – região Sul** – Municípios de Areal, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Macuco, Mendes, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes, Três Rios, Vassouras, Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Mangaratiba, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro possui 08 (oito) macro-regiões: Região da Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Região Centro-Sul, Serrana, Baixadas Litorâneas, Norte e Noroeste. A divisão do objeto em 03 (três) grupos visa minimizar o risco da contratação e aumentar a competitividade.

### 3.2. Prazo de vigência e de Execução

**3.2.1.** O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, contados a partir da data de publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações públicas - PNCP, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial da vigência.

**3.2.2.** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 105 a 108, da Lei 14.133/21, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para a CONTRATANTE.

### 3.3. Condições de Execução

**3.3.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.3.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**3.3.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA será realizada conforme o previsto no protocolo de comunicação, por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**3.3.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**3.3.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do modelo de gestão contratual, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, do protocolo de comunicação, dos mecanismos de controle, da forma de aferição do objeto, do método de avaliação de conformidade, das sanções aplicáveis, dentre outros.

**3.3.6.** Os locais de atendimento e execução dos serviços contratados serão disponibilizados no **ANEXO VI**



do presente Termo de Referência.

<b>Serviço</b>	<b>Prazo</b>
Cronograma de Planejamento Anual de Atividades	Até 30 dias após a assinatura do contrato.
Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	Iniciado em até 60 dias corridos após a ENTREGA DOS EXAMES PERIÓDICOS.
Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com apresentação do relatório.	Iniciado em até 60 dias corridos após a assinatura do contrato.
Elaboração do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT	Iniciado em até 60 dias corridos após a assinatura do contrato, mesmo período para atualizações por conta de prorrogações contratuais.
Exames Periódicos previstos no PCMSO	De acordo com o Cronograma de Planejamento Anual de Atividades.
Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade	Iniciado em até 60 dias corridos após realização das vistorias realizadas conforme Cronograma de Planejamento Anual de Atividades.
Comunicado de Acidente de Trabalho	Assessoria prestada em 1 dia útil a contar da comunicação pela Contratada.

### 3.4. Da exigência de amostra

Não haverá exigência de amostra para a referida contratação.

### 3.5. Garantia, manutenção e assistência técnica

**3.5.1.** O escopo da presente contratação abrange a prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para todos os Órgãos Integrantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tanto da administração Direta quanto da Indireta. Com base nisso, a assistência técnica neste processo refere-se a manutenção e assistência dos sistemas de agendamento e envio das informações coletadas para que estejam em condições de uso.

**3.5.2.** A CONTRADA deverá disponibilizar profissional técnico, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), para resolução de problemas no sistema de agendamento.

**3.5.3.** A assistência técnica indicada no item supra refere-se ao atendimento emergencial, que ocorre quando é identificada a necessidade de alguma ação por parte de um profissional técnico.

### 3.6. Necessidade de dedicação de mão de obra exclusiva

Não foi identificada a necessidade da utilização de mão de obra residente na presente contratação.

### 3.7. Utilização de materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local

Não foi identificado a possibilidade da utilização de materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local, na presente contratação.

### 3.8. Regime de Execução

**3.8.1.** O melhor regime de execução a ser adotado é o de **EMPREITADA** por **PREÇO UNITÁRIO**. O Regime de empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas, conforme previsão do inciso I, do art. 46 da Lei 14.133/21.

Na presente Contratação o pagamento será realizado mensalmente, mediante comprovação das atividades prestadas pela CONTRATADA, após apuração feita pela CONTRATANTE. Ou seja, o pagamento será realizado por demanda vinculado ao número de atividades comprovadamente exercidas pela CONTRATADA.

3.8.2. As tarefas a serem executadas estão exemplificadas no quadro informado no item 2.

3.9. Metodologia de Avaliação da Qualidade e Aceite do Objeto

3.9.1. A metodologia de avaliação se dará mediante a adoção de Acordo de Nível de Serviços – ANS pela CONTRATADA, na forma que segue:

INDICADORES DE DESEMPENHO DO SERVIÇO

INDICADOR 1 – AGENDAMENTO DOS EXAMES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que todo servidor do Estado do Rio de Janeiro consiga realizar o agendamento do exame dentro do prazo de estipulado
Meta a cumprir	Que toda solicitação de agendamento de exame não ultrapasse o prazo de cinco dias úteis, contatos do dia da solicitação.
Instrumento de medição	Sistema de gestão a ser disponibilizado pelo CONTRATADA
Forma de acompanhamento	Através do relatório sobre os agendamentos realizados, devendo conter dia da solitação, usuário, ID funcional, data do agendamento do exame.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (por dia)
Início de Vigência	Data de publicação do contrato no PNCP
Faixas de ajuste no pagamento	Sem registros = 100 Pontos 1 a 10 registros = 1 ocorrência 11 a 20 registros = 2 ocorrências 21 a 30 registros = 3 ocorrências 31 a 40 registros = 4 ocorrências e assim sucessivamente
Sanções	Conforme o estabelecido no item 7.14

Observações	<p>Considera-se ocorrência o intervalo de 10 (dez) solicitações de agendamento de exame que não foram atendidas no prazo estabelecido.</p> <p>As solicitações que forem atendidas no prazo superior ao dobro de dias estipulado para a entrega, serão contabilizadas como 02 ocorrências, e assim sucessivamente até a efetivação do agendamento.</p>
<b>INDICADOR 2 – ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir o cumprimento do prazo de envio/apresentação, dos documentos, para que possam analisados pelos fiscais.
Meta a cumprir	Remeter/disponibilizar as documentações em até 05 dias úteis da realização do exame
Instrumento de medição	Sistema de gestão a ser disponibilizado pelo CONTRATADA
Forma de acompanhamento	Através do relatório sobre a disponibilidade dos documentos, devendo conter as seguintes informações, usuário, data do exame, ID funcional, data da disponibilidade do arquivo.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início de Vigência	Data de publicação do contrato no PNCP
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Sem registros = 100 Pontos</p> <p>1 a 10 registros = 1 ocorrência</p> <p>11 a 20 registros = 2 ocorrências</p> <p>21 a 30 registros = 3 ocorrências</p> <p>31 a 40 registros = 4 ocorrências</p> <p>e assim sucessivamente</p>
Sanções	Conforme o estabelecido no item <b>7.14</b>
Observações	<p>Considera-se ocorrência o intervalo de 10 (dez) atrasos no envio/disponibilidade dos exames. Cada dia que ultrapassar o prazo estipulado de envio, será contabilizado como 01 (uma) ocorrência, até que seja efetivada a operação.</p> <p>As solicitações que forem atendidas no prazo superior ao dobro de dias estipulado para a entrega, serão contabilizadas como 02 ocorrências, e assim sucessivamente até a efetivação da apresentação do documento.</p>

<b>INDICADOR 3 – PROFISSIONAIS QUALIFICADOS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Que todos atendimento seja realizado por profional devidamente qualificado.
Meta a cumprir	Não haver atendimento por profissinal não qualificado para a prestação do serviço.
Instrumento de medição	Denuncias por e-mail, ou pelo Sistema Eletronico de Informações - SEI
Forma de acompanhamento	Através dos e-mails/SEI recebidos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de profissionais que atuaram sem a qualificação necessária para
Início de Vigência	Data de publicação do contrato no PNCP
Faixas de ajuste no pagamento	Sem registro = 100 Pontos 1 registro = 5 ocorrências 2 registros =10 ocorrências
Sanções	Conforme o estabelecido no item <b>7.14</b>
Observações	Considera-se ocorrência: a) O atendimento por um profissional sem a devida qualificação para a prestação do serviço. b) A glosa não dispensa a verificação e análise de abertura de sindicância, para a verificação de responsabilidades civil, penal e criminal. c) cada registro de profissional atuando sem a devida qualificação, será contabilizado com 05 (cinco) ocorrências, para o calculo de aferição da qualidade do serviço prestado.
<b>INDICADOR 4 – CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO RH</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Garantir que todos os fiscais tenham conhecimento dos documentos pertinentes a medicina do trabalho e saibam utilizar o sistema

Meta a cumprir		Ofertar a capacitação continua para o servidores que atuarem com o objeto contrato.  Havendo a nomeação do fiscal a contratada deverá proporcionar uma capacitação, para que o mesmo saiba os documentos necessários para o Esocial, e saiba utilizar o sistema de gestão a ser disponibilizado pela CONTRATADA.
Instrumento de medição		Certificados emitidos, para os fiscais nomeados para o acompanhamento do contrato
Forma de acompanhamento		Planilha de capacitação dos fiscais de contrato
Periodicidade		Mensal
Mecanismo de Cálculo		Mensalmente será levantado pelo Gestor, se todos os fiscais nomeados possuem a certificação para exercerem a função.
Início de Vigência		Data de publicação do contrato no PNCP
Faixas de ajuste no pagamento		100% dos fiscais capacitados = 0 ocorrências 1 fiscal não capacitado = 1 ocorrência
Sanções		Conforme o estabelecido no item 7.14
Observações		Considera-se ocorrência a existência de algum fiscal de contrato nomeado, sem capacitação para a operação do sistema.  A empresa deverá disponibilizar a capacitação em até 15 dias corridos da nomeação do Fical.

#### INDICADOR 5 – ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO

ITEM		DESCRIÇÃO
Finalidade		Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir		Prestação do serviço sem nenhum problema com a gestão dos dados
Instrumento de medição		E-mails de reclamação dos beneficiários
Forma de acompanhamento		Através dos e-mails recebidos
Periodicidade		Mensal
Mecanismo de Cálculo		Verificação da quantidade de ocorrências registradas.
Início de Vigência		Data de publicação do contrato no PNCP

Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 100 Pontos 1 registro = 1 ocorrência 2 registro = 2 ocorrências
Sanções	Conforme o estabelecido no item <b>7.14</b>
Observações	Considera-se ocorrência: - problemas para agendamento. - o envio de documentos errados. - ausência de profissionais para a marcação dos exames - vazamento de dados dos usuários.

### **3.10. Critérios de medição e Pagamento**

**3.10.1.** Somente após a entrega e validação por parte da comissão de fiscalização, a CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente;

**3.10.2.** A Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente deverá vir acompanhada de:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

**3.10.3.** A Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail: [faturamento@casacivil.rj.gov.br](mailto:faturamento@casacivil.rj.gov.br);

**3.10.4.** Para execução do pagamento, a nota fiscal ou outro instrumento equivalente deverá ser correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação para a contratação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC, CNPJ/MF nº 03.161.283/0001-41, situado à Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-090;

**3.10.5.** Os documentos citados no subitem 3.10.2 poderão ser solicitados pelo gestor ou pelo fiscal da contratação, a qualquer momento, caso entenda necessário;

**3.10.6.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

**3.10.7.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a atestação da Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente, de acordo com o quantitativo e condições estabelecidas neste instrumento;

**3.10.8.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

**3.10.9.** Os pagamentos serão efetuados mensalmente e, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira CONTRATADA pelo Estado do Rio de Janeiro, atualmente, o Banco Bradesco S/A, cujo número e agência deverão ser informados pela CONTRATADA até a emissão da Nota de Empenho;

**3.10.10.** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA;

**3.10.11.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal ou outro instrumento equivalente

por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento respectivo ficará suspenso, prosseguindo-se a contagem a partir da apresentação da nova documentação isenta de erros; e

**3.10.12.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste instrumento serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die. O IPCA é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho/99. Por essa razão a justificativa pela utilização desse índice, por ser o mais usado pela Administração Pública para este tipo de contratação.

**3.11. Faixas de Ajuste de Pagamento**

**3.11.1.** O recebimento do objeto licitado, através de arquivos digital ocorrerá em duas etapas:

**a) Recebimento provisório:** o serviço será recebido provisoriamente no momento da entrega da Nota Fiscal de execução de serviços, que será encaminhada mensalmente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas..

**b) Recebimento definitivo:** no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do serviço prestado, que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente e autorizado o seu pagamento.

**3.11.2.** Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o serviço poderá ser recusado de pronto, no todo ou em parte, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita a contratada.

**3.11.3.** Se após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi prestado incorretamente, a fiscalização notificará por escrito a contratada para proceder à regularização.

**3.11.4.** Se a contratada não regularizar o serviço em desconformidade com as condições editalícias/nota de empenho, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do serviço recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

Indicador	Nota do indicador	Peso do indicador	Nota final do Indicador
Agendamento dos exames		0,3	
Envio das documentações		0,3	
Profissionais Qualificados		0,2	
Capacitação dos servidores do RH		0,1	
Administração do Serviço		0,1	
<b>Pontuação Total do Serviço</b>			

**3.11.5.** Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

FAIXA DE AJUSTE DE PAGAMENTO		
Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço

De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 70 a 79 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 50 a 69 pontos	85% do valor previsto	0,85
Abaixo de 49 pontos	80% do valor previsto mais multa	0,80 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

**Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de Serviço)]**

**3.11.6.** As avaliações abaixo de 49 pontos por três vezes, no período contratual, poderá ensejar a rescisão do contrato.

**3.12. Avaliação do Desempenho do Serviço Prestado**

AVALIAÇÃO MENSAL DO SERVIÇO PRESTADO				
Grau de Satisfação do Serviço	Ótimo	Bom	Regular	Irregular

- 3.12.1.** A mensuração da qualidade da prestação do serviço será avaliada MENSALMENTE pela equipe de Gestão Contratual.
- 3.12.2.** Será avaliado como **Ótimo**, se a pontuação do serviço estiver acima de 80 pontos.
- 3.12.3.** Será avaliado como **Bom**, entre 79 e 60 pontos.
- 3.12.4.** Será avaliado como **Regular**, entre 60 e 40.
- 3.12.5.** Será avaliado como **Irregular**, abaixo de 40 pontos.
- 3.12.6.** Avaliação do desempenho contratual, servirá como base para futuros critérios de desempate em processos licitatórios, conforme o estipulado no Artigo 60, inciso II, da Lei 14.133/21.

**3.13. Treinamento**

- 3.13.1.** Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar treinamento para os fiscais e gestores do Contrato, bem como aos setoriais de Recursos Humanos dos órgãos da Administração, visando apresentar ferramenta digital (Sistema / Website / Aplicativo) para que os beneficiários possam realizar o agendamento dos serviços a serem executados e acessar os relatórios/laudos, conforme previsão do item **2.3.5.1.**
- 3.13.2.** Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a elaboração de um manual e/ou FAQ (perguntas frequentes), com vistas a facilitar o uso da ferramenta digital/sistema criado.

**IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Garantia de Execução Contratual**



**4.1.1.** Será exigida a garantia da contratação nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratual.

A garantia de execução prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo principal barrar os supostos efeitos nocivos da admissão de propostas de licitantes de origem e qualificação duvidosa. Assim, uma vez que a garantia é uma prestação condicionada a discricionariedade da autoridade competente, essa Administração Pública optou por exigí-la na presente licitação.

De acordo com a Lei nº 14.133/21, a Administração Pública possui discricionariedade para exigir ou não a prestação de garantias. Tal discricionariedade é limitada e moldada pelos princípios da economicidade e da competitividade. No presente caso, diante da complexidade técnica, do volume de serviços e dos riscos envolvidos na presente Contratação, a escolha do percentual de 5% (cinco por cento) possui o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado perante a Administração Pública, já que a prestação de serviços se dará em todo o território do Estado do Rio de Janeiro. Assim, considerando o valor estimado para a presente contratação, a imposição da garantia se faz necessária, já que apresenta segurança no que se refere à boa execução do contrato, visando evitar um ônus desproporcional ao Esta do Rio de Janeiro.

**4.1.2.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**4.1.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.

**4.1.4.** A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela Fiscalização à Contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- d) Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas não honradas pela Contratada

**4.1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **4.2. Indicação de marcas ou modelo**

Não haverá indicação de marca ou modelo para a presente contratação.

## **4.3. Da vedação de contratação de marca ou produto**

Na presente contratação não há vedação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), por se tratar de prestação de serviços.

## **4.4. Sustentabilidade**

**4.4.1.** O fornecedor deverá cumprir as orientações do Decreto 43.629/12, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu artigo 7º, no que couber.

## **4.5. Mão de obra residente**

Não foi identificado a necessidade da utilização de mão de obra residente na presente contratação. Diante do exposto não será aplicado o percentual mínimo de mão de obra constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional, conforme dispõe o §9º do art. 25 da Lei 14.133, de 2021.

## 4.6. Exigências de habilitação

### 4.6.1. Habilitação Jurídica

**4.6.1.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**4.6.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**4.6.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**4.6.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021;

**4.6.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria;

**4.6.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**4.6.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**4.6.1.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

**4.6.1.9.** Quando cabível, os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 4.6.2. Habilitação Fiscal / Social / Trabalhista

**4.6.2.1.** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**4.6.2.2.** Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**4.6.2.3.** Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**4.6.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**4.6.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.6.2.5.1.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios

do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.

**4.6.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

**4.6.2.6.1.** Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

**4.6.2.6.2.** Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

**4.6.2.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**4.6.2.7.1.** Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; e

**4.6.2.7.2.** Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

**4.6.2.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**4.6.2.9.** Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

**4.6.2.9.1.** Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

**4.6.2.9.2.** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

**4.6.2.9.3.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

**4.6.2.10.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

#### **4.6.3. Qualificação Econômico-financeira**

**4.6.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

**4.6.3.1.1.** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

**4.6.3.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisório.

**4.6.3.2.1.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**4.6.3.2.2.** Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**4.6.3.2.2.1.** Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

**4.6.3.3.** Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

**4.6.3.4.** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SC = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

#### **4.6.4. Qualificação Técnica**

**4.6.4.1.** A qualificação técnica exigida se justifica pelos seguintes fundamentos:

**a) Complexidade das Atividades:** As atividades de engenharia e medicina do trabalho demandam conhecimentos especializados e complexos, exigindo engenheiros e médicos altamente qualificados para compreender e lidar adequadamente com as nuances técnicas envolvidas. O tempo de experiência nesta atividade é essencial, visto que a CONTRATANTE demandará destes profissionais considerável *expertise* e habilidade em trabalhar com o elevado quantitativo de exames, medições e avaliações a serem realizados com a maior celeridade e competência possíveis.

**b) Garantia da Segurança e Saúde:** visa selecionar a empresa que disponha de profissionais que assegurem a *expertise* necessária para avaliar riscos, implementar medidas preventivas e intervir em situações emergenciais.

**c) Cumprimento de Normativas e Regulamentações:** A área de engenharia e medicina do trabalho está sujeita a diversas normativas e regulamentações, e, portanto, é imperativo que os profissionais envolvidos tenham um conhecimento aprofundado dessas diretrizes para garantir conformidade legal, sendo tais pontos demonstrados pelas certificações requisitadas neste Termo de Referência.

**d) Análise Precisa de Riscos Ocupacionais:** A qualificação técnica dos engenheiros e médicos consiste em elemento crucial para realização de uma análise precisa dos riscos ocupacionais associados ao ambiente de trabalho, permitindo a implementação de estratégias eficazes de prevenção e controle.

**e) Garantia da Qualidade nos Serviços Prestados:** A qualificação técnica dos profissionais é fundamental para assegurar a qualidade e eficácia dos serviços que serão prestados, contribuindo para a satisfação da CONTRATANTE e o atendimento integral dos objetivos propostos.

#### **Qualificação Técnico-Operacional:**

Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

**4.6.4.2.** Comprovante de Registro ou inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Medicina (CRM), devidamente atualizado, em consonância às normas da referida Autarquia; **ou**

**4.6.4.3.** Comprovante de Registro ou inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), devidamente atualizado, em consonância às normas da referida Autarquia;

**Obs:** A empresa que for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, for registrada no CREA **ou** CRM de origem, deverá apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/RJ ou CREME/RJ quando da assinatura do contrato, caso seja vencedora do processo licitatório.

**4.6.4.4.** Comprovação de aptidão para a execução desta licitação através de Atestados Técnicos, com complexidade compatível ao objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a empresa tenha sido responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços similares em características, quantidades e prazos, ao do objeto do presente edital, demonstrando que a licitante execute ou executou contrato correspondente ao atendimento de 15% (quinze por cento) do quadro de funcionários, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 03 (três) anos, nos termos do §5º, art. 67, Lei 14.133/21. Para a referida comprovação, será permitido o somatório de atestados.

**4.6.4.4.1.** O atestado deverá conter as seguintes informações: nome da empresa e do CONTRATANTE; comprovação de prestação de serviços na área de saúde e/ou medicina do trabalho; período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades, que comprove em cada contrato a execução do serviço de características semelhantes.

**4.6.4.4.2.** A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**4.6.4.5.** Declaração de que a empresa possui/possuirá a rede credenciada mínima de estabelecimentos e profissionais, no momento do início de execução dos serviços, conforme **ANEXO III**.

**4.6.4.6.** Declaração de que dispõe ou disporá de sistema ou *software* de gestão em segurança e medicina do trabalho voltado para o monitoramento, gerenciamento e segurança das informações e dados, com vistas ao contínuo do controle da quantidade e qualidade dos serviços prestados, conforme **ANEXO V**.

**4.6.4.7.** Declaração de que dispõe de **instalações adequadas e equipamentos** necessários à execução do contrato, conforme as exigências das Normas Regulamentadoras, nos termos do inciso III, do art. 67 da Lei 14.133/21, conforme **ANEXO IV**.

**4.6.4.8.** Declaração de que possui ou possuirá equipe para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto da licitação indicando os responsáveis técnicos, que irão atender aos servidores do Estado do Rio de Janeiro e as devidas qualificações de cada profissional, conforme **ANEXO IV**.

**4.6.4.9.** Comprovação de, no mínimo, 01 (uma) certificação e/ou participação em entidade nacional que comprove que a atuação e práticas da empresa se encontram dentro de padrões de normas técnicas aplicadas nacionalmente.

## **Qualificação Técnico-Profissional:**

### **Responsável Técnico:**

**4.6.4.10.** A empresa deverá, indicar expressamente, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior em Engenharia, devidamente e registrado no CREA, com pós-graduação em Segurança do Trabalho **e** com experiência mínima de 3 (três) anos, que será o RESPONSÁVEL TÉCNICO pelo serviço, cujo acervo conste Certidão de Acervo Técnico CAT, demonstrando atuação como Engenheiro de Segurança do Trabalho, devidamente registrado no CREA, por execução de serviços de características semelhantes ao do objeto do presente Termo de Referência.

**4.6.4.11.** O profissional com registro no CREA deverá apresentar cópia do diploma da especialização do profissional em Engenharia de Segurança do Trabalho; **e**

**4.6.4.12.** A empresa deverá, indicar expressamente, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior em Medicina, devidamente e registrado no CRM, com pós-graduação em Medicina do Trabalho **e** com experiência mínima de 3 (três) anos, que será o RESPONSÁVEL TÉCNICO pelo serviço, com certidão de

regularidade em dia e certificado de especialidade em Medicina do Trabalho, para execução de serviços de características semelhantes a do objeto do presente Termo de Referência.

**4.6.4.13.** O profissional com registro no CRM deverá apresentar cópia do diploma da especialização do profissional em Medicina de Segurança do Trabalho.

**4.6.4.14.** Os Responsáveis Técnicos acima indicados não terão as mesmas atribuições dos Coordenadores Setoriais, não podendo executar as atividades simultaneamente.

#### **Profissionais Coordenadores Setoriais:**

**4.6.4.15.** A empresa deverá comprovar que possui 2 (dois) engenheiros com pós-graduação em Segurança do Trabalho, com experiência mínima de 2 (dois) anos, que serão os coordenadores setoriais responsáveis por coordenar os serviços a serem executados, conforme divisão do objeto contratual descrito no **item 3** deste documento.

**4.6.4.16.** A empresa deverá comprovar que possui 2 (dois) médicos com pós-graduação em Medicina do Trabalho, com experiência mínima de 2 (dois) anos, que serão os coordenadores setoriais responsáveis por coordenar os serviços a serem executados, conforme divisão do objeto contratual descrito no **item 3** deste documento.

**4.6.4.17.** No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que tratam os subitens **4.6.4.7; 4.6.4.9; 4.6.4.12 e 4.6.4.13** deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração Pública

### **4.7. RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

#### **Responsabilidade do Contratante**

**4.7.1.** Cumprir e fazer cumprir integralmente os termos do presente Termo e do Contrato a ser firmado.

**4.7.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência e Contrato.

**4.7.3.** Adimplir com o pagamento do valor pactuado, na forma e nos prazos determinados contratualmente.

**4.7.4.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à realização dos serviços, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução dos mesmos, tais como: percursos a serem realizados, etc.;

**4.7.5.** Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados.

**4.7.6.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas, incorreções e irregularidades observadas na execução do objeto contratual, fixando prazos para as devidas correções.

**4.7.7.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**4.7.8.** Exercer as prerrogativas previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021;

**4.7.9.** Aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela contratada de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, com observância dos ditames previstos na Lei de licitações.

**4.7.10.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com a legislação vigente, caso necessário.

**4.7.11.** Caberá à Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUBGEP desta Secretaria de Estado da Casa Civil SECC fornecer a relação nominal dos trabalhadores, até a assinatura do contrato, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome completo, RG, data de nascimento, sexo, município, estado civil, número de inscrição do trabalhador- NIT (PIS-PASEP), data de admissão, setor, cargo, função. Estas informações são necessárias para elaboração do serviço e os atendimentos só iniciarão após o recebimento das mesmas.

**4.7.12.** Encaminhar os trabalhadores para a realização de exames médicos após a elaboração e implantação PCMSO.

**4.7.13.** Os setoriais de recursos humanos de todos os órgãos do Estado do Rio de Janeiro deverão agendar e encaminhar seus funcionários para realização dos exames e consultas, através de documentação competente, contendo o nome, número da carteira de identidade, setor, cargo e função exercida pelo trabalhador;

**4.7.14.** Compromete-se a implantar os programas específicos e ações de saúde, decorrentes da avaliação identificadas pela Contratada, no relatório anual do PCMSO.

**4.7.15.** Relatar de forma expressa a ocorrência de acidentes de trabalho e/ou termo de Notificação do Ministério do Trabalho, no prazo máximo legal.

## **Responsabilidade da Contratada**

**4.8.** Este item apresenta requisitos que deverão ser aplicados pela empresa CONTRATADA, com vistas à operacionalização e desenvolvimento dos serviços prestados ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, quais sejam:

**4.8.1.** Realizar visitas presenciais aos locais de trabalho previamente informados pela CONTRATANTE;

**4.8.2.** Realizar entrevistas presenciais com número proporcionalmente aceito pela metodologia legal para amostragem dos funcionários (considera-se para tanto que não é necessário entrevistar todos os funcionários que executam a mesma atividade, mas sim um número que seja suficiente e legalmente aceito para desenvolvermos uma base sólida) e servidores previamente informados pela Contratante;

**4.8.3.** Realizar atendimento mensal dos servidores encaminhados pela CONTRATANTE aos locais de atendimento da contratada, ou realizar agendamento prévio junto a cada órgão da administração pública que dispõe de lugar para a realização do serviço, obedecendo o cronograma de atividades fixado. 4.5.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um Canal de comunicação (preferencialmente online/eletrônico) para agendamento de consultas e exames dos servidores do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**4.8.4.** Acompanhar a execução dos serviços exercidos pelos servidores e funcionários da CONTRATANTE, com vistas a elaboração dos laudos objeto da contratação;

**4.8.5.** A CONTRATADA deverá dispor, ou, viabilizar estrutura adequada para realização de entrevistas e exames, quando a realização destes não forem possíveis nos locais previamente indicados pela CONTRATANTE;

**4.8.6.** A CONTRATADA deverá enviar para a CONTRATANTE todos os documentos, registros e informações inerentes aos serviços prestados, dentro de período hábil conforme a realização e espécie dos exames e avaliações, considerando para tanto, o número de funcionários e servidores avaliados, bem como, a complexidade dos serviços a serem encaminhados.

**4.8.7.** A CONTRATADA encaminhará, mensalmente, boletim de medição, consistente em relatório analítico e sintético de todas as atividades e serviços prestados, cuja aprovação ou pedido de complementação será respondida pela contratante no prazo de 7 dias úteis.

**4.8.8.** Uma vez aprovado o boletim de medição, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal referente aos serviços prestados, no prazo de 5 dias úteis.

**4.8.9.** A CONTRATADA deverá disponibilizar meio de comunicação que permita a consulta ou fornecimento de informações dos serviços já realizados ou a serem realizados, conforme necessidade e urgência da CONTRATANTE.

**4.8.10.** Permitir, conforme adequações contratuais, os esclarecimentos complementares que se façam necessários pela CONTRATADA.

**4.8.11.** Os relatórios, documentos e demais registros emitidos pela CONTRATADA serão enviados por meio virtual a Contratante, no formato PDF.

**4.8.12.** Executar os serviços em estrita observância das especificações do Termo de Referência e do contrato, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**4.8.13.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

- 4.8.14.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 4.8.15.** Atender prontamente a quaisquer exigências do contratante, inerentes ao objeto do presente Termo e do contrato.
- 4.8.16.** Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e regularidade exigidas na licitação.
- 4.8.17.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas os serviços com imperfeições, erros ou defeitos, em prazo fixado pela CONTRATANTE, conforme a razoabilidade que o caso exija;
- 4.8.18.** Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, exceto mediante prévia anuência do contratante, se for o caso.
- 4.8.19.** Responsabilizar-se civil, administrativa e penal e ressarcir eventuais danos de quaisquer naturezas causadas diretamente ao Contratante, seus funcionários ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da contratante, em seu acompanhamento;
- 4.8.20.** Fica esclarecido de que não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre o contratante e os empregados que a contratada fornecer para execução dos serviços;
- 4.8.21.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços contratados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, de acordo com o que preceitua o art. 65, da Lei Federal 8666/93;
- 4.8.22.** Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos estabelecidos no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;
- 4.8.23.** Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do contratante;
- 4.8.24.** Comunicar ao contratante, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar, a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;
- 4.8.25.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.8.26.** Cumprir a legislação brasileira sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, assumindo o compromisso de manter a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações fornecidas pelo contratante; e, obriga-se, também, a tratar e a descartar os dados em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- 4.8.27.** Manter consigo os prontuários individuais dos trabalhadores da contratante, durante o período de duração deste contrato, e entrega-los à contratante, em caso de rompimento do contrato, bem como ao final de sua vigência;
- 4.8.28.** Indicar os profissionais que realizarão os serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, e apresentar seus respectivos comprovantes de formação na área;
- 4.8.29.** Observar, na elaboração dos serviços, as regras constantes das NR (Normas Regulamentadoras) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).
- 4.8.30.** Dispor de profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências.
- 4.8.31.** Para a elaboração do PGR, deverá a Contratante dispor de Engenheiros de Segurança do Trabalho e Técnicos de Segurança do Trabalho, em número suficiente para visitar cada Órgão integrante do Governo do Estado, para a realização das inspeções e medições indicadas.
- 4.8.32.** Para a elaboração do PCMSO, deverá a CONTRATADA ter médicos suficientes para atender a presente demanda nos prazos estipulados no Cronograma de prestação de serviços;
- 4.8.32.1** Deverá a CONTRATADA realizar relatório do PCMSO, com vistas a auxiliar à CONTRATANTE na alimentação do eSocial, conforme periodicidade indicada pela legislação.



**4.8.33.** Para a elaboração dos laudos referentes ao LTIP e LTCAT, estes deverão ser feitos nos setores e funções dos Órgãos integrantes do Governo, devendo ser obedecidas as orientações das Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo NR-15 e NR-16 e da Portaria MS/SUS n. 453/98, devendo as informações constarem de planilhas de avaliações a serem encaminhadas por mídia digital, mensal, conforme avanços das avaliações pela a Contratada.

**4.8.33.1. As Planilhas de Avaliação** – Deverão constar: Nome do setor/Órgão a ser avaliado, data, jornada de trabalho, horário de trabalho, atividade, UR (%), Temperatura Ambiente, citar as máquinas e equipamentos utilizados, descrever as atividades do ambiente periciado, descrever o ambiente periciado, citar os riscos no ambiente, sendo que para os riscos químicos, caso haja, citar relação de produtos manuseados.

**4.8.33.2. Avaliação Quantitativa da Exposição** – Agentes Químicos em relação a NR-15, deverá ser informado o instrumento utilizado, equipamento, marca, modelo, certificado de calibração. Laboratório que analisou a amostra. Agente Avaliado: metodologia aplicada, velocidade do ar, vazão, limite de tolerância, concentração encontrada. Tipo de exposição. Tempo de exposição. Período de coleta. Tempo de Coleta: (min) Volume utilizado (ml). Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Possíveis danos à saúde.

**4.8.33.3. Avaliação Qualitativa da Exposição** – Agentes Químicos: Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15. Descrição da atividade pela legislação, Descrição da atividade real, Agente Avaliado, possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação. Tipo de Exposição. Tempo de Exposição. Quando manuseada por vez (unidade), Quantas vezes por dia (unidade).

**4.8.33.4. Avaliação Quantitativa da Exposição – Agentes Biológicos:** Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15. Descrição da atividade pela legislação, descrição da atividade real. Agente Avaliado. Tipo de Exposição. Tempo de exposição. Período de coleta. Quando manuseada por vez (unidade), Quantas vezes por dia (unidade). Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação.

**4.8.33.5. Avaliação Quantitativa da Exposição – Agentes Físicos: RUÍDOS** – Instrumento utilizado: Equipamento, Marca modelo. Calibração: Inicial (dB), Final (dB). Horários. Metodologia. Tipo de exposição. Tempo de Exposição. Dose (%), Valor Medido Lagv – dB (A), Limite de Tolerância (dB), Nível de Ação (dB). Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação.

**4.8.33.6. Avaliação Qualitativa da Exposição – Agentes Físicos** – Caracterização da atividade e do agente em relação a NR-15. Descrição da atividade real. Agente Avaliado. Tipo de Exposição. Tempo de Exposição. Possíveis danos à saúde, Fonte geradora, Trajetória e meio de propagação, a temperatura deverá sempre ser medida, independente da presença ou não de sistema de climatização.

**4.8.34.** Realizar as consultas clínicas ocupacionais com o subsídio prévio do PCMSO, relacionando por cargo, setor e função os desvios de saúde que devem merecer atenção.

**4.9.35.** Proceder à anamnese clínica e ocupacional (atual e pregressa), realizar o exame físico completo e atender durante todo o desenvolvimento da semiologia para sinais e sintomas possivelmente relacionados com riscos identificados na grade de exames médicos do PCMSO.

**4.8.36.** Preencher todos os itens da **Ficha Clínica Ocupacional** à saber: Identificação do servidor, tipo de exame, hábitos de vida, antecedentes mórbidos, imunizações, anamnese ocupacional, história ocupacional atual, acidentes de trabalho, história clínica atual, exame físico, hipóteses diagnósticas e conclusão.

**4.8.37.** Concluir pela aptidão ou inaptidão para a função proposta, informando sua decisão e o motivo que a determinam ao empregado.

**4.8.38.** Preencher o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO em 3 (três) vias que serão assinadas pelo médico do trabalho e o servidor, sendo a 1ª via encaminhada a CONTRATANTE, a 2ª ao servidor e a 3ª será arquivada junto ao prontuário médico do servidor.

**4.8.39.** Caso o servidor precise de tratamento médico de doenças diagnosticadas, deverá a Contratada fazer o encaminhamento do servidor para o SUS.

**4.8.40.** Emitir em receituário ou formulário específico, orientações ao Contratante (restrições à atividade laboral), situação técnico ou legalmente incorretas a corrigir.

**4.8.41.** Atestar a aptidão física e mental para a função pretendida pelo servidor, através de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO.

**4.8.42.** Os dados de avaliação clínica e complementar, conclusões e medidas aplicadas, são registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico conveniado pela Contratada

**4.8.43.** A empresa deverá, **antes da assinatura do contrato**, comprovar, mediante Contrato ou Certificado de licença de uso, que dispõe de sistema ou *software* de gestão em segurança e medicina do trabalho voltado para o monitoramento, gerenciamento e segurança das informações e dados, com vistas ao contínuo do controle da quantidade e qualidade dos serviços prestados.

**4.8.44.** O sistema ou software citado acima deverá permitir a exportação das informações obrigatórias de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, em formato CSV, XML, XLS ou TXT, conforme os eventos de SST requeridos pelo eSocial, e possibilitar o envio ou importação desses dados para o sistema da CONTRATANTE, SIGRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos), conforme estabelecido no Manual do eSocial.

**4.8.45.** A CONTRATADA deverá prover solução de Web service para a disponibilização das informações supracitadas a serem carregadas/importadas para o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH).

**4.8.46.** Adiante estão elencadas as informações obrigatórias de Saúde e Segurança do Trabalho - SST:

- S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho;
- S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador;
- S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos;

**4.8.47.** As informações de SST indicadas no item anterior, deverão preencher todos os dados obrigatórios solicitados nos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho - SST indicados pelo sistema eSocial, conforme **ANEXO VII**.

**4.8.48.** A empresa deverá apresentar relatório analítico de todas as atividades e serviços prestados, a ser enviado mensalmente para a contratante, em formato PDF.

**4.8.49.** Os laudos médicos emitidos e assinados eletronicamente pelo RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa CONTRATADA deverão ser encaminhados para a CONTRATANTE, no formato PDF, com vistas a serem armazenados na base de arquivos do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, do Estado do Rio de Janeiro.

**4.8.50.** O sistema ou software citado no item **item 4.8.43** deverá permitir a exportação das informações que serão emitidas pela Secretaria de Estado de Saúde - SES, responsável pelos exames admissionais e laudos periciais de afastamento dos servidores efetivos, que ficará encarregada de encaminhar todos os laudos e exames à CONTRATADA.

**4.8.51.** O sistema deverá atender de forma integral ao eSocial, contemplando desde a gestão até a entrega das informações a ele, cabendo à CONTRATADA gerar todos os eventos dos empregados e da CONTRATANTE.

## **4.9. Do Reajuste**

**4.9.1.** Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO;

**4.9.2.** O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado;

**4.9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste;

**4.9.4.** Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade;

**4.9.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

**4.9.6.** Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de

preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo;

**4.9.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

**4.9.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**4.9.9.** O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão;

**4.9.10.** Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

**a)** da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

**b)** a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea “a”, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato;

**4.9.11.** Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

**4.9.12.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório;

**4.9.13.** O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada;

**4.9.14.** O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/2021.

## **V – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **5.1. Modalidade de licitação e critério de julgamento**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por **LOTE**, e o modo de disputa **ABERTO**, com lances intermediários de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

#### **5.1.1. Motivação sobre a adequação e eficiência da combinação**

A opção pela modalidade de licitação pregão proporciona agilidade na contratação de bens e serviços de baixo valor. O critério de julgamento de menor preço, quando aliado ao pregão, promove a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ao selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, garantimos que os serviços e produtos adquiridos atendam plenamente às necessidades, ao mesmo tempo em que se preserva a responsabilidade fiscal. Além disso, o pregão aberto proporciona transparência e competitividade ao processo, assegurando que diversos fornecedores possam participar e oferecer suas propostas. Isso não apenas estimula a concorrência, mas também promove a obtenção das melhores condições de preço e qualidade para a Administração Pública. Portanto, a combinação do pregão com o critério de menor preço representa uma solução alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência, garantindo uma contratação ágil, eficaz e em conformidade com a legislação vigente. O valor do lance intermediário foi definido com base no valor estimado para a aquisição do item, de forma que não prejudique a competitividade e que não seja um mero simbolismo.

### **5.2. Consórcio de empresas**

**5.2.1.** Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

**a)** no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança será da empresa brasileira;

**b)** as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a SECC, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (e). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;

**c)** apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira; Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

**d)** as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

**e)** as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

**f)** o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

**5.2.2.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**5.2.3.** As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à prévia aprovação da SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindido em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

### **5.3. Cooperativa**

Será permitida a participação de cooperativas desde que atenda aos requisitos previstos no art. 16 da Lei 14.133/2021:

"Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

**5.3.1.** Em relação às cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

**5.3.2.** Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

**5.3.3.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971;

**5.3.4.** Demonstrativo de que qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto

contratado;

**5.3.5.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**5.3.6.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**5.3.7.** O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;

**5.3.8.** A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**5.3.9.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **5.4. Subcontratação**

**5.4.1.** A subcontratação prevista no art. 122 da Lei 14.133/21, prevê que na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração Pública. A referida Lei autoriza ao contratado subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento de bens a um terceiro, independente de seu porte (pequena, média ou grande entidade empresarial). Veja-se que a subcontratação não é vedada, uma vez que a execução do objeto pode ficar "engessada", acarretando dificuldades para a sua continuidade.

**5.4.2.** Excepcionalmente e às expensas da Contratada, será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, quando se tratar de **sistema ou software** de gestão em segurança e medicina do trabalho voltado para o monitoramento, gerenciamento e segurança das informações e dados, com vistas ao contínuo do controle da quantidade e qualidade dos serviços prestados, nos casos em que a Contratada não atenda essa condição, nas seguintes condições:

- a) A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, necessários à execução do objeto.
- b) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A CONTRATADA deverá apresentar atestado de qualificação técnica do subcontratado, como requisito prévio à autorização da subcontratação pelo Contratante.

## **5.5. Reserva de cota ou a Exclusividade para ME e EPP**

**5.5.1.** Na presente contratação não haverá reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que não se trata de processo de aquisição de bens de natureza divisível.

**5.5.2.** Tão pouco, será exclusivista a contratação para ME e EPP, uma vez que o valor estimado ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

## **5.6. Incidência do Programa de Integridade**

**5.6.1.** A CONTRATADA deverá apresentar o programa de integridade da empresa, no momento da assinatura do Contrato.

**5.6.2.** Não havendo o programa de integridade instituído, deverá ser solicitado pela Comissão de Gestão e Fiscalização, a implementação do programa de integridade na empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do Contrato.

**5.6.3.** Ao receber o programa de integridade, a Comissão de Gestão e Fiscalização deverá encaminhar para o Controle interno para a avaliação do documento, conforme o estabelecido no Art. 4º, da Lei 7.753/2017.

**5.6.4.** Caberá ao Gestor do Contrato, informar ao Ordenador de Despesa sobre o não cumprimento do prazo, e solicitar a aplicação da sanção administrativa de multa, conforme o estabelecido nos Art. 6 e Art. 11, da Lei 7.753/2017.

## **VI – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

### **6.1.1. Condições de Execução**

**6.1.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.1.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.1.1.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA será realizada conforme o previsto no protocolo de comunicação, por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.1.1.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.1.1.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do modelo de gestão contratual, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, do protocolo de comunicação, dos mecanismos de controle, da forma de aferição do objeto, do método de avaliação de conformidade, das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.1.2. Preposto**

**6.1.2.1.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.1.2.2.** Responderá como representante da empresa contratada, a título de fiscalização e gestão contratual, durante a vigência da contratação.

**6.1.2.3.** A CONTRATADA deverá indicar uma pessoa a exercer a função de preposto para todo período da execução contratual.

**6.1.2.4.** Havendo a necessidade de substituição do preposto a empresa deverá comunicar ao fiscal de contrato, e informar os dados da pessoa que irá substituí-lo na função de preposto.

**6.1.2.5.** A comunicação deverá ser conforme o previsto no protocolo de comunicação.

**6.1.2.6.** A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

### **6.1.3. Fiscalização**

**6.1.3.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato e/ou pela **comissão de gestão e fiscalização**, e seus respectivos substitutos, conforme o previsto na Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput, e Decreto 48.817/2023, art. 9º.

### **6.1.4. Gestor do Contrato**

**6.1.4.1.** Cabem ao gestor do contrato o preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, execução do seu objeto e gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais.

**6.1.4.2.** Instruir Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação em sistema informatizado do Poder Executivo Estadual.

- 6.1.4.3.** Acompanhar a celebração dos contratos, termos aditivos, providenciando a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso.
- 6.1.4.4.** Manter controle individualizado de cada contrato em processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato.
- 6.1.4.5.** Prover o fiscal do contrato das informações necessárias ao exercício das atividades de fiscalização;
- 6.1.4.6.** Verificar se a CONTRATADA está cumprindo todas as obrigações previstas no edital de licitação ou no instrumento de contrato e seus anexos, especialmente a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação, excetuando-se da verificação aquelas relacionadas à execução do objeto, que serão de responsabilidade dos fiscais da contratação.
- 6.1.4.7.** Acompanhar o correto cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias decorrentes do contrato, bem como adotar as providências cabíveis nos casos de inadimplemento de tais obrigações por parte da CONTRATADA, em especial a retenção parcial das notas fiscais ou faturas.
- 6.1.4.8.** Promover o controle das garantias contratuais.
- 6.1.4.9.** Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais.
- 6.1.4.10.** Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos, e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto, devendo realizar a comunicação conforme o definido em protocolo de comunicação.
- 6.1.4.11.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.1.4.12.** Analisar os casos de necessidade de acréscimos ou supressões do objeto, sob o prisma dos respectivos limites legais e encaminhar à autoridade competente para decisão.
- 6.1.4.13.** Notificar a CONTRATADA, estabelecendo prazo para o cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto.
- 6.1.4.14.** Comunicar à autoridade competente toda e qualquer irregularidade cometidas pela CONTRATADA, sejam estas relacionadas às obrigações contratuais sob sua verificação, ou mediante informação dos fiscais do contrato de descumprimento relacionado à execução do objeto e das normas de segurança do trabalho, sugerindo, quando for o caso, a abertura de procedimento para imposição de sanções contratuais e/ou administrativas.
- 6.1.4.15.** Adotar as medidas necessárias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual. Cabendo à autoridade competente a deflagração do respectivo procedimento, a notificação da CONTRATADA para a apresentação de defesa e consulta à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade, para posterior decisão final pela autoridade superior.
- 6.1.4.16.** Comunicar à autoridade competente que o designou como gestor, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de gestão ou para que seja providenciada a designação de outro agente público.
- 6.1.4.17.** O Gestor do contrato comunicará aos fiscais do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## **6.1.5. Competência comum dos fiscais do contrato**

### **6.1.5.1. Conhecer os instrumentos da Gestão e Fiscalização.**

**6.1.5.2.** Verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico e executivo, se houver, Termo de Referência, Edital, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da

CONTRATADA a correção de imperfeições detectadas.

**6.1.5.3.** Efetuar o Registro de Ocorrências no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação, que deverá ser cumulativo para todo o período de execução do contrato e deverá ser utilizado pelo fiscal durante toda sua atuação, contendo todos os procedimentos realizados para assegurar a execução regular do objeto.

**6.1.5.4.** Dar ciência ao gestor do contrato de todas as ocorrências relevantes para que proceda à juntada no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização.

**6.1.5.5.** Certificar-se de que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**6.1.5.6.** Apresentar, tempestivamente, relatórios de fiscalização apontando ocorrências que possam afetar a execução do contrato, para adoção das medidas cabíveis.

**6.1.5.7.** Averiguar se é a CONTRATADA quem executa o contrato, bem como que inexistente cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas.

**6.1.5.8.** Realizar a comunicação com o gestor conforme o protocolo de comunicação, qualquer falta cometida pela CONTRATADA.

**6.1.5.9.** Aplicar os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) às faturas, receber e conferir a nota fiscal emitida pela CONTRATADA, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratada, para fins de pagamento das faturas correspondentes.

**6.1.5.10.** Comunicar ao gestor, através de relatório confeccionado no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação, acerca do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA, para adoção das providências cabíveis.

**6.1.5.11.** Comunicar ao gestor do contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização, em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

**6.1.5.12.** Apresentar relatório, ao término do contrato ou quando solicitado em qualquer período, ao gestor do contrato.

#### **6.1.6. Fiscalização Técnica**

**6.1.6.1.** Verificar se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta, amostra, quando cabível, e especificado pela Administração, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega.

**6.1.6.2.** Verificar a execução do objeto contratual, proceder a sua medição e recebê-lo, mediante parecer circunstanciado assinado pelas partes contratantes, contendo as ocorrências e métricas de medição do período apurado.

**6.1.6.3.** Constatar se a execução do objeto contratado está sendo prestada no local estipulado no contrato, com a correta utilização dos materiais e equipamentos.

**6.1.6.4.** Receber reclamações relacionadas à qualidade do material entregue ou de serviços prestados, assim como elaborar ou solicitar instrumentos para o recebimento destas, agrupando-as de forma a permitir análise sobre as causas das reclamações.

**6.1.6.5.** Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no Edital, no Termo de Referência, Projeto Básico ou no Contrato.

**6.1.6.6.** Comunicar imediatamente à CONTRATADA quando a execução dos serviços for prejudicada pela falta de insumos previstos para a execução do contrato e realizar o registro da ocorrência no Processo Administrativo de Gestão e Fiscalização da Contratação Processo administrativo de gestão e fiscalização da contratação.

**6.1.6.7.** Comunicar ao gestor de contratos, mediante provocação justificada do requisitante/demandante, a necessidade de se realizar acréscimos ou supressões no objeto contratado, com vistas à economicidade e à eficiência da execução contratual.

**6.1.6.8.** Apresentar sugestão fundamentada pela aplicação de glosas sobre parcelas não executadas do serviço que tenham sido indevidamente previstas na fatura ou nota fiscal pela empresa contratada.



**6.1.6.9.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.1.6.10.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.1.6.11.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.1.6.12.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.1.6.13.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

### **6.1.7. Fiscalização Setorial**

**6.1.7.1.** Os fiscais setoriais serão servidores que ficarão a cargo de acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente, possuindo os mesmos deveres/obrigações elencados para o fiscal técnico.

### **6.1.8. Protocolo de comunicação**

**6.1.8.1.** São agentes da comunicação, em se tratando de gestão contratual os seguintes elementos:

- Sócio administrador da empresa;
- Preposto da empresa;
- Fiscal de Contrato;
- Gestor do Contrato;
- Servidores da SECC (beneficiários);
- Autoridade competente.

**6.1.8.2.** A comunicação entre os agentes, preferencialmente será da seguinte maneira:

#### **FLUXO DA COMUNICAÇÃO**

<b>Emissor</b>	<b>Mensagem</b>	<b>Canal</b>	<b>Receptor</b>
Sócio administrador da empresa	Definição do preposto da empresa	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Gestor do Contrato
Preposto	Envio de dúvidas ou Respostas de apontamentos do fiscal	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Fiscal de Contrato
Sócio administrador da empresa	Solicitação de substituição do preposto	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Gestor do Contrato
Preposto	Envio de Nota Fiscal - NF	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Fiscal de Contrato
Preposto	Solicitação de informação sobre pagamento de NF	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Fiscal de Contrato

Beneficiários	Envio de reclamações e problemas sobre a prestação do serviço prestado	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Fiscal de Contrato
Fiscal de Contrato	Envio de questionamentos e reclamações	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Preposto
Fiscal de Contrato	Verificação da manutenção das condições da contratação	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Preposto
Fiscal de Contrato	Solicitação de glosa e/ou abertura de processo sancionatório	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Gestor do contrato
Fiscal de Contrato	Solicitação de comprovação do cumprimento das obrigações contratuais	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Preposto
Fiscal de Contrato	Solicitação de retificação de NF	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Preposto
Gestor do Contrato	Convocação da Reunião inicial	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Sócio administrador da empresa
Gestor do Contrato	Orientação sobre a fiscalização e gestão contratual	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Fiscal de Contrato
Gestor do Contrato	Convocação para assinatura do Contrato e possíveis alterações contratuais	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Sócio administrador da empresa
Gestor do Contrato	Solicitação de relatórios	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo
Gestor do Contrato	Solicitação da garantia contratual	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Sócio administrador da empresa
Gestor do Contrato	Prorrogação ou supressão contratual	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Sócio administrador da empresa
Gestor do Contrato	Notificação de instauração de procedimento sancionatório	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Sócio administrador da empresa
Gestor do Contrato	Solicitação de instauração de procedimento sancionatório	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Autoridade competente
Sócio administrador da empresa	Solicitação de prorrogação ou supressão de prazo	Eletrônico (através de envio de E-mail)	Gestor do Contrato
Gestor do Contrato	Solicitação de substituição por fins de afastamento	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Autoridade competente

Fiscal de Contrato	Envio de Relatório sobre a avaliação realizada	Eletrônico (através de envio de E-mail e/ou SEI)	Gestor do Contrato
--------------------	--	--	--------------------

#### **6.1.9. Mecanismos de controle**

Serão utilizados os seguintes mecanismos de controle, para fiscalizar a execução do objeto contratado:

**6.1.9.1.** Estudo Técnico Preliminar – ETP

**6.1.9.2.** Termo de Referência – TR

**6.1.9.3.** O Acordo de Níveis de Serviço – ANS

**6.1.9.4.** Registro de Ocorrência

**6.1.9.5.** As Orientações Administrativas, os Enunciados e os Pareceres Normativos da Procuradoria Geral do Estado

**6.1.9.6.** Orientações da Controladoria Geral do Estado – CGE

**6.1.9.7.** Sistema Eletrônico de Informações - SEI

**6.1.9.8.** E-mail institucional

**6.1.9.9.** Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil – SIAFE-Rio

**6.1.9.10.** Termo de Contrato

#### **6.1.10. Forma de aferição do objeto contratado**

**6.1.10.1.** A aferição do objeto será realizada com base nos resultados esperados para cada indicador estipulado no Acordo de Nível de Serviço – ANS.

**6.1.10.2.** Foram identificados os seguintes indicadores:

**6.1.10.2.1.** CUMPRIMENTO DO TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA OS EXAMES

**6.1.10.2.2.** ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES

**6.1.10.2.3.** PROFISSIONAIS QUALIFICADOS

**6.1.10.2.4.** CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PARA A UTILIZAÇÃO DO ESOCIAL

**6.1.10.2.5.** ACESSIBILIDADE NOS ATENDIMENTOS

#### **6.1.11. Orientações quanto ao controle das garantias contratuais**

A garantia de execução prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo principal barrar os supostos efeitos nocivos da admissão de propostas de licitantes de origem e qualificação duvidosa. Assim, uma vez que a garantia é uma prestação condicionada a discricionariedade da autoridade competente, essa Administração Pública optou por exigí-la na presente licitação.

**6.1.11.1.** Será exigida a garantia da contratação nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratual.

**6.1.11.2.** No momento da assinatura do Termo de contrato a empresa Contratada deverá optar por uma das modalidades de garantia:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

2. Seguro-garantia.

3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a

operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total

6.1.11.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.1.11.4. A caução em dinheiro deverá ser depositada em conta bancária vinculada ao órgão Contratante.

6.1.11.5. Havendo a aplicação de da sanção administrativa de multa, o valor da penalidade poderá ser sacado da conta pelo órgão contratante.

6.1.11.6. Se o valor da penalização for superior a garantia, será gerada uma Guia de recolhimento do Estado – GRE, para o pagamento da sanção.

6.1.11.7. Quando optado pelas garantias contratuais de seguro-garantia, fiança bancária, título da dívida pública e título de capitalização, caso haja a aplicação da sanção administrativa de multa, o valor da penalidade poderá ser pago através das seguintes formas:

6.1.11.8. Guia de recolhimento do Estado – GRE.

6.1.11.9. Glosado do valor a ser pago na fatura subsequente.

6.1.12. Recebimento provisório e definitivo

Lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem usados durante a fiscalização do contrato.

Recebimento Provisório

Objetivo: Verificar se os serviços foram prestados conforme o contrato e se a documentação inicial está em conformidade com as exigências.

Nº	Item a Verificar	Sim	Não	Observações
1	Exames ocupacionais realizados conforme cronograma (Admissional, Periódico, Retorno ao Trabalho, etc.)			
2	Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) entregue			
3	Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP) entregue			
4	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) implementado			
5	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) implementado			
6	Documentação entregue no formato e prazo estipulados (PDF e envio digital conforme item 2.3.12)			
7	Sistema de agendamento de exames disponível e funcional (Website/Aplicativo conforme item 2.3.5.1)			
8	Canal de comunicação para agendamentos funcionando adequadamente			
9	Relatórios mensais sobre agendamentos e exames recebidos e revisados			
10	Certificados de capacitação dos fiscais de contrato emitidos			
11	Certidões negativas de débitos trabalhistas, FGTS e dívidas tributárias recebidas			
12	Nota fiscal emitida conforme contrato			

2. Recebimento Definitivo

Objetivo: Confirmação final de que os serviços foram prestados conforme os padrões exigidos e validação da qualidade e eficácia dos serviços contratados.

Nº	Item a Verificar	Sim	Não	Observações
1	Exames ocupacionais concluídos e laudos emitidos dentro do prazo			

Nº	Item a Verificar	Sim	Não	Observações
2	Relatórios detalhados sobre o PCMSO e PGR entregues e analisados			
3	Conformidade das avaliações dos riscos ocupacionais (conforme NR-01, NR-07, NR-09, NR-15, NR-16)			
4	Fichas Clínicas Ocupacionais (completas e arquivadas conforme item 2.3.37)			
5	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido em 3 vias, conforme contrato			
6	Boletins de medição mensais recebidos e aceitos sem pendências			
7	Certificação de que todos os profissionais envolvidos estavam qualificados (item 2.3.29)			
8	Verificação de que todos os serviços foram prestados sem falhas técnicas ou atrasos significativos			
9	Relatórios de qualidade e conformidade dos serviços prestados aceitos			
10	Pagamento autorizado após validação dos serviços, conforme nota fiscal			

### Documentação Complementar

1. Nota Fiscal e documentos adicionais, como Certidões de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, devem ser revisados antes do pagamento.
2. Relatórios de avaliação e medições ambientais (conforme exigências da NR-15 e NR-16).

#### 6.1.13. Infrações e Sanções Administrativas

##### 6.1.13.1. Lista das Infrações Administrativas e Sanções

#### INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Item	Ocorrência	Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inaugural	Advertência
2	Deixar de informar o preposto da empresa para a presente contratação no prazo e forma estipulada.	Advertência
3	Deixar de entregar o quantitativo total da Ordem de serviço no prazo estipulado	Advertência + multa mora de 1% por dia útil que exceder o prazo estipulado
4	Ficar com índice de avaliação de desempenho dos serviços, abaixo de 50	Advertência
5	Não manter o quantitativo mínimo de estabelecimentos de redes credenciada /conveniada	Advertência
6	Indisponibilidade da central de atendimento superior a 05 (cinco) horas, do horário comercial, sem prévio aviso	Advertência
7	Indisponibilidade ou mal funcionamento do sistema mobile, superior a 05 (cinco) horas, do horário comercial, sem prévio aviso	Advertência

08	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação	Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro por 06 meses + Multa administrativa de 5% do valor contrato
09	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro por 1 ano + Multa administrativa de 8% do valor contrato
10	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro por 01 ano + Multa administrativa de 3% do valor contrato
11	Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência + Multa administrativa de 5% do valor contrato
12	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro por 02 anos+ Multa administrativa de 10% do valor contrato
13	Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro por 03 anos+ Multa administrativa de 15 % do valor contrato
14	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro por 2 anos + Multa administrativa de 10% do valor contrato + multa mora de 01% por dia útil que exceder o prazo estipulado
15	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	Advertência, podendo ser aplicado em combinado com multa mora de 0,5% do valor contrato, por dia sem o sistema.
16	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 anos + Multa administrativa de 15% do valor contrato
17	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 anos + Multa administrativa de 25 % do valor contrato
18	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 5 anos + Multa administrativa de 25% do valor contrato

19	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações pessoais armazenadas nos sistemas da contratada	Advertência podendo ser aplicado em combinado com multa de 5% do valor contrato.
20	Fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 5 anos + Multa administrativa de 20% do valor contrato
21	Praticar ato lesivo previsto no <a href="#">art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</a>	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 06 anos + Multa administrativa de 30% do valor contrato

#### 6.1.14. Acordo de Nível de Serviço – ANS

**6.1.14.1.** Será adotado, na vigência do Contrato, “Acordo de Nível de Serviços- ANS” disciplinado na Resolução SEPLAG nº 843, de 28 de dezembro de 2012, no qual se encontram estabelecidos critérios de aferição de resultados por meio de indicadores básicos, os quais serão devidamente acompanhados pela fiscalização do contrato visando garantir a qualidade da prestação de serviço e respectiva adequação de pagamento.

**6.1.14.2.** O Acordo de Nível de Serviços, foi informado no item 3.9, assim como a faixa de ajuste de pagamento, no item 3.11, deste termo.

## VII. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

### 7.1. Proposta

**7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7.2.** Na proposta deverá constar as quantidades, descrição e valores dos serviços, na forma do **Anexo II**, obedecidas às especificações deste Termo de Referência;

**7.3.** Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços, o valor unitário máximo de cada item, estimado pela administração, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

### 7.2. Critério de desempate

**7.2.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.2.1.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.2.1.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.2.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para

o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.2.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.2.1.5.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.2.2.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.2.2.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.2.2.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.2.2.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.2.2.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.2.3.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.2.3.1.** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro, local onde o órgão ou entidade da Administração Pública estadual licitante se localiza;

**7.2.3.2.** empresas brasileiras;

**7.2.3.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.2.3.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **VIII – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** A estimativa preliminar do valor da contratação levantada no ETP tem caráter **sigiloso** até a conclusão da licitação, conforme a previsão no Inciso VI, do §1º, do Art. 18 c/c Art. 24, da Lei 14.133/21. O valor estimado ou valor máximo aceitável da presente contratação, deverá ser omitido, com vistas à resguardar o sigilo do orçamento elaborado pela Administração Pública Estatal, até a fase de lances da licitação em comento. Com exceção de toda informação de ordem médica ou pessoal, restrita a pessoa ou a pessoa e/ou médico e laboratório, conforme previsão legal da Lei 13.709/2018.

**8.2.** Veja-se que há necessidade em manter o caráter sigiloso da presente contratação, eis que se busca contratar Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho especializados para atender as demandas de todo Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, o sigilo da contratação constitui segurança e garantia de sustentação de um serviço que, devidamente prestado, possibilitará vantagem ao Estado do Rio de Janeiro. Além disso, é imperiosa a contratação, por parte do Estado, de um serviço especializado e de qualidade que consiga atender todos os servidores da Administração Pública Estadual, disponibilizando capacitação e assessoramento para a execução dos serviços descritos nesse documento, com vistas ao cumprimento das exigências constantes no Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.

Aqui, vale destacar o artigo publicado por André Guskow Cardoso [\[2\]](#). Ao tratar do tema no âmbito da citada Lei 12.462/2011, o autor, que é mestre em Direito do Estado, apresenta elucidativas considerações sobre as vantagens e riscos para a Administração Pública em não se divulgar os preços estimados pelo poder público antes da seleção da proposta mais vantajosa. Veja-se:



"Sempre que a finalidade buscada com determinada providência possa ser frustrada pela sua divulgação (publicidade) prévia, deve-se admitir o diferimento, a postergação de sua divulgação. **Isso não significa que a providência ou medida será sigilosa ou "secreta", mas apenas que a ela será dada publicidade posteriormente** – e não de forma prévia a sua adoção. (...) Assim, no caso do orçamento estimado, ausência de sua disponibilização quando da fase competitiva do certame licitatório pode produzir efeitos sobre o comportamento dos licitantes que, diante da ausência de certeza a respeito do valor estimado do objeto licitado, são obrigados a reduzir os seus preços. **Há um incentivo à redução de preços, quando os licitantes não sabem de antemão qual o orçamento estimado pela Administração para determinado objeto licitado.** (...) Em outras palavras, **há demonstrações objetivas no âmbito da ciência econômica de que, em regra, a não divulgação do orçamento estimado pela Administração para determinada contratação tem como efeito o incentivo a comportamentos competitivos pelos licitantes**, conduzindo potencialmente à obtenção de propostas mais vantajosas, derivadas da ampliação da disputa. (...)."

Segundo Zymler e Dios (2014, p. 117):

**"A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração.** Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. **Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração.** Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. **Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.**"

O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da Contratada que sabendo dos riscos e complexidade da presente Contratação, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

**8.3.** O Valor estimado da contratação será definido na fase de pesquisa de preços a ser realizada pela Coordenadoria de Compras e de Pesquisa de Preços, em virtude do levantamento de todos os valores que irão compor a pesquisa e da metodologia de cálculo que será utilizada.

## **IX – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da **Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC** e estarão vinculados à seguinte dotação orçamentária:

**FONTE:** 1.500.100

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 14010.04.126.0470.5659

**NATUREZA DA DESPESA:** 3390.39.84

## **X – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1.** O presente termo de referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria.

**10.2.** Antes de apresentar a proposta, a CONTRATADA deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas à perfeita execução do objeto, em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

**10.3.** Incumbe à CONTRATADA consultar com antecedência, caso haja parceria, quanto aos prazos de execução do objeto, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso e/ou interrupções devido ao não cumprimento do objeto por parte de terceiros.

**10.4.** Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados só serão considerados recebidos se devidamente protocolados, remetidos via telegrama, fax, carta ou outro meio digital.

**10.5.** A relação da CONTRATADA com o CONTRATANTE restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.

**10.6.** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**10.7.** A empresa deverá apresentar os **comprovantes de formação e certificações** dos profissionais indicados para executar o PCMSO, PGR, LTCAT, LTIP, e outros serviços técnicos.

**10.8.** A CONTRATADA deverá comprovar que seu quadro técnico é composto por profissionais qualificados, devidamente reconhecidos pela entidade competente, detentores de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes e/ou iguais aos que se requer na presente Licitação, nos termos do art. 67 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

**10.9.** Os documentos acima mencionados serão: **(i)** certificado de conclusão da especialização (pós-graduação) e **(ii)** certificado de conclusão de graduação de nível superior.

**10.10.** O sistema deverá atender de forma integral ao eSocial, contemplando desde a gestão até a entrega das informações a ele, cabendo à CONTRATADA gerar todos os eventos dos empregados e da CONTRATANTE.

**10.11.** A empresa deverá apresentar, **antes da assinatura do Contrato**, declaração de **capacidade logística e estrutural** para realizar visitas presenciais aos locais de trabalho, conduzir entrevistas e exames, e atender à demanda dos órgãos públicos, conforme **ANEXO VIII**.

## **XI - ANEXOS**

Anexo I - Ordem de Serviço

Anexo II - Planilha de Custo

Anexo III - Declaração de que a empresa possui/possuirá a rede credenciada mínima de estabelecimentos e profissionais

Anexo IV - Modelo de Declaração de instalações, aparelhamento técnico e equipe técnica

Anexo V - Modelo de Declaração de software de gestão em segurança e medicina do trabalho

Anexo VI - Locais de atendimento

Anexo VII - Manual do eSocial

Anexo VIII - Declaração de capacidade logística e estrutural para realizar visitas presenciais aos locais de trabalho

## **XII- ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO**

**ANTONIO CARLOS GOMES SOARES**  
ASTECP/SUBGEP  
ID FUNCIONAL Nº 5140929-1

**HERBERT KLINGER AFONSO ALENCAR**  
SUSIG/SUBGEP  
ID Funcional nº 5098639-2

**ALEXANDRE MIRANDA DINIZ**  
SUSIG/SUBGEP  
ID Funcional nº 5021279-6

### **XIII- RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

**ALEXANDRE MENDES MEYOHAS**  
Subsecretário de Gestão de Pessoas - SUBGEP  
Secretaria de Estado da Casa Civil  
Id. Funcional nº 5115604-0

### **ANEXO I - ORDEM DE SERVIÇO**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado da Casa Civil  
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

#### **ORDEM DE SERVIÇO**

Pela presente Ordem de Serviço, autorizamos a (Descrever Contratada) a iniciar na data de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ os serviços, objeto do Contrato nº \_\_\_\_/2024.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável  
ID Funcioal

### **ANEXO II - PLANILHA DE CUSTO**

#### **LOTE 1:**

<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
PCMSO (elaboração e coordenação)/PGR(elaboração e coordenação)/LTCAT/LTIP/Assessoria CAT	ANO	120.819		
Exames ocupacionais (Admissional, Período, de retorno do Trabalho, Mudança de Função, demissional)	EXAME	120.819		
Hora Médica	HORA	4.020		
Medição de CO através de Detector de Monóxido de Carbono por avaliação	AVALIAÇÃO	201		
Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo	AVALIAÇÃO	201		
Medição de Dosimetria de Ruído por jornada integral de trabalho através de Dosímetro por GHE (Grupo Homogêneo de Exposição)	GHE	335		
	(Grupo Homogêneo de Exposição)			
Medição de Agentes Químicos através de Bomba de Amostragem	AGENTE QUÍMICO	335		
<b>MEDIÇÕES DIVERSAS</b>	AVALIAÇÃO	201		
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>				
Hemograma	AVALIAÇÃO	2.412		
Radiografia de Torax PA	AVALIAÇÃO	2.412		
Radiografia de Torax PA OIT	AVALIAÇÃO	2.412		
ECG (Eletrocardiograma)	AVALIAÇÃO	2.412		
Audiometria	AVALIAÇÃO	2.412		
Acuidade visual	AVALIAÇÃO	2.412		
Espirometria	AVALIAÇÃO	2.412		
EEG (Eletroencefalograma)	AVALIAÇÃO	2.412		
Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	2.412		

**LOTE 2:**

<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNTÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL RS</b>
PCMSO (elaboração e coordenação)/PGR(elaboração e coordenação)/LTCAT/LTIP/Assessoria CAT	ANO	37.778		
Exames ocupacionais (Admissional, Período, de retorno do Trabalho, Mudança de Função, demissional)	EXAME	37.778		
Hora Médica	HORA	1.260		
Medição de CO através de Detector de Monóxido de Carbono por avaliação	AVALIAÇÃO	63		
Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo	AVALIAÇÃO	63		
Medição de Dosimetria de Ruído por jornada integral de trabalho através de Dosímetro por GHE (Grupo Homogêneo de Exposição)	GHE	105		
	(Grupo Homogêneo de Exposição)			
Medição de Agentes Químicos através de Bomba de Amostragem	AGENTE QUÍMICO	105		
<b>MEDIÇÕES DIVERSAS</b>	AVALIAÇÃO	63		
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>				
Hemograma	AVALIAÇÃO	756		
Radiografia de Torax PA	AVALIAÇÃO	756		
Radiografia de Torax PA OIT	AVALIAÇÃO	756		
ECG (Eletrocardiograma)	AVALIAÇÃO	756		
Audiometria	AVALIAÇÃO	756		
Acuidade visual	AVALIAÇÃO	756		
Espirometria	AVALIAÇÃO	756		
EEG (Eletroencefalograma)	AVALIAÇÃO	756		
Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	756		

**LOTE 3:**

<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO (SST)</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
PCMSO (elaboração e coordenação)/PGR(elaboração e coordenação)/LTCAT/LTIP/Assessoria CAT	ANO	21.403		
Exames ocupacionais (Admissional, Período, de retorno do Trabalho, Mudança de Função, demissional)	EXAME	21.403		
Hora Médica	HORA	720		
Medição de CO através de Detector de Monóxido de Carbono por avaliação	AVALIAÇÃO	36		
Medição de Estresse Térmico através de Termômetro de Globo	AVALIAÇÃO	36		
Medição de Dosimetria de Ruído por jornada integral de trabalho através de Dosímetro por GHE (Grupo Homogêneo de Exposição)	GHE	60		
	(Grupo Homogêneo de Exposição)			
Medição de Agentes Químicos através de Bomba de Amostragem	AGENTE QUÍMICO	60		
<b>MEDIÇÕES DIVERSAS</b>	AVALIAÇÃO	36		
<b>EXAMES COMPLEMENTARES</b>				
Hemograma	AVALIAÇÃO	432		
Radiografia de Torax PA	AVALIAÇÃO	432		
Radiografia de Torax PA OIT	AVALIAÇÃO	432		
ECG (Eletrocardiograma)	AVALIAÇÃO	432		
Audiometria	AVALIAÇÃO	432		
Acuidade visual	AVALIAÇÃO	432		
Espirometria	AVALIAÇÃO	432		
EEG (Eletroencefalograma)	AVALIAÇÃO	432		

Outros (Sorologias, virus, hepatograma e outros eventuais)	AVALIAÇÃO	432		
--	-----------	-----	--	--

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA POSSUI/POSSUIRÁ A REDE CREDENCIADA MÍNIMA DE ESTABELECIMENTOS E PROFISSIONAIS**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE ESTABELECIMENTOS E PROFISSIONAIS**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ DA EMPRESA], com sede à [ENDEREÇO DA EMPRESA], representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], na qualidade de [CARGO], vem por meio desta, declarar para os devidos fins que:

**1. Rede Credenciada de Estabelecimentos e Profissionais**

A empresa declara que [escolher uma das opções abaixo]:

- ( ) **Possui atualmente** uma rede credenciada de estabelecimentos e profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho, distribuída por todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, que atende aos seguintes critérios:
- **Estabelecimentos Credenciados:** Com capacidade para prestar os serviços de saúde e segurança ocupacional (exames ocupacionais, exames complementares e avaliações de risco) conforme exigido no Termo de Referência, distribuídos pelos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.
    - **Região Metropolitana:** Ao menos 3 estabelecimentos credenciados por município.
    - **Região Norte/Noroeste:** Ao menos 2 estabelecimentos credenciados por município.
    - **Região Serrana:** Ao menos 2 estabelecimentos credenciados por município.
    - **Região Médio Paraíba e Costa Verde:** Ao menos 1 estabelecimento credenciado por município.
    - **Região Centro-Sul Fluminense:** Ao menos 1 estabelecimento credenciado por município.
  - **Profissionais Credenciados:** Contamos com equipes qualificadas compostas por médicos do trabalho, engenheiros e técnicos de segurança do trabalho, com experiência comprovada, distribuídas conforme segue:
    - **Região Metropolitana:** No mínimo 5 médicos do trabalho e 3 técnicos de segurança por município.
    - **Região Norte/Noroeste:** No mínimo 3 médicos do trabalho e 2 técnicos de segurança por município.
    - **Região Serrana:** No mínimo 2 médicos do trabalho e 1 técnico de segurança por município.
    - **Região Médio Paraíba e Costa Verde:** No mínimo 2 médicos do trabalho e 1 técnico de segurança por município.
    - **Região Centro-Sul Fluminense:** No mínimo 1 médico do trabalho e 1 técnico de segurança por município.
- ( ) **Compromete-se a possuir**, no momento da assinatura do contrato, a rede credenciada de estabelecimentos e profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho, distribuída por todas as regiões do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com os critérios estabelecidos no Termo de Referência. A rede será composta por:
- **Estabelecimentos Credenciados:** Conforme os seguintes requisitos mínimos de distribuição regional:
    - **Região Metropolitana:** Ao menos 3 estabelecimentos credenciados por município.
    - **Região Norte/Noroeste:** Ao menos 2 estabelecimentos credenciados por município.
    - **Região Serrana:** Ao menos 2 estabelecimentos credenciados por município.

- **Região Médio Paraíba e Costa Verde:** Ao menos 1 estabelecimento credenciado por município.
- **Região Centro-Sul Fluminense:** Ao menos 1 estabelecimento credenciado por município.
- **Profissionais Credenciados:** Equipes compostas por médicos do trabalho, engenheiros e técnicos de segurança do trabalho, com a seguinte distribuição mínima:
  - **Região Metropolitana:** No mínimo 5 médicos do trabalho e 3 técnicos de segurança por município.
  - **Região Norte/Noroeste:** No mínimo 3 médicos do trabalho e 2 técnicos de segurança por município.
  - **Região Serrana:** No mínimo 2 médicos do trabalho e 1 técnico de segurança por município.
  - **Região Médio Paraíba e Costa Verde:** No mínimo 2 médicos do trabalho e 1 técnico de segurança por município.
  - **Região Centro-Sul Fluminense:** No mínimo 1 médico do trabalho e 1 técnico de segurança por município.

## 2. Manutenção da Rede Credenciada

A empresa compromete-se a manter a rede credenciada de estabelecimentos e profissionais conforme os critérios acima estabelecidos durante toda a vigência do contrato, com a substituição imediata de profissionais ou estabelecimentos, caso necessário, sem prejudicar o cumprimento dos serviços contratados.

## 3. Relatórios Trimestrais

A empresa compromete-se a apresentar relatórios trimestrais detalhados à contratante, contendo a atualização da rede credenciada, incluindo o número de estabelecimentos e profissionais, seus endereços, serviços oferecidos e horários de funcionamento, em conformidade com as exigências do Termo de Referência.

**Local e Data:** [Cidade], [Data]

**Assinatura:**

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CPF DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO]

[NOME DA EMPRESA]

[CNPJ]

## ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO TÉCNICO E EQUIPE TÉCNICA



## MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES / APARELHAMENTO / PESSOAL TÉCNICO

.....(Nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., declara, sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº XX/2024 que:

( ) Possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

( ) Que disporei das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, a qual poderá ser verificada após a homologação e adjudicação do objeto, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 155, VIII, da Lei nº 14.133/21.

**Nota: A comprovação de que o pessoal técnico indicado pela licitante vincular-se-á à execução contratual deverá ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura (do representante legal)

## ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMA DE GESTÃO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMA DE GESTÃO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ DA EMPRESA], com sede à [ENDEREÇO DA

EMPRESA], representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], na qualidade de [CARGO], vem por meio desta, declarar para os devidos fins que:

## 1. Disponibilidade de Sistema de Gestão

A empresa declara que [escolher uma das opções abaixo]:

( ) **Possui atualmente um sistema ou software de gestão especializado em segurança e medicina do trabalho**, com foco no monitoramento, gerenciamento e segurança das informações e dados, que garante:

- O monitoramento contínuo da quantidade e qualidade dos serviços prestados, incluindo a realização e o acompanhamento de exames ocupacionais, avaliações de risco, emissão de laudos (LTCAT, LTIP) e gestão dos programas PCMSO e PGR.
- A segurança e integridade dos dados de saúde ocupacional dos servidores, em conformidade com a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**.
- Acesso por meio de ferramentas digitais, como **aplicativo e website**, para que os servidores possam agendar exames e acompanhar seus laudos e atestados médicos de forma segura e eficaz.
- Relatórios mensais e trimestrais sobre o desempenho dos serviços e o cumprimento das metas estabelecidas no contrato, a serem enviados para a contratante.

( ) **Compromete-se a disponibilizar**, no momento da assinatura do contrato, um **sistema ou software de gestão especializado em segurança e medicina do trabalho**, que atenderá aos seguintes requisitos:

- Monitoramento contínuo da **quantidade e qualidade dos serviços prestados**, incluindo o controle de agendamentos, exames ocupacionais, laudos técnicos e gestão de programas como o PCMSO e o PGR.
- Garantia de **segurança da informação** e proteção dos dados de saúde dos servidores do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a **LGPD**.
- Interface digital amigável para os servidores, com ferramentas de **agendamento online** e **acesso aos laudos e atestados médicos**, por meio de **aplicativo e website**.
- Emissão de **relatórios periódicos** sobre a execução dos serviços, a serem apresentados à contratante, com dados de desempenho e conformidade.

## 2. Manutenção e Suporte do Sistema

A empresa também se compromete a garantir a **manutenção contínua** do sistema ou software durante toda a vigência do contrato, incluindo suporte técnico disponível em tempo integral para resolver qualquer falha ou problema que possa comprometer o funcionamento adequado da ferramenta.

## 3. Relatórios e Monitoramento

O sistema de gestão implementado fornecerá **relatórios mensais e trimestrais**, contendo indicadores de desempenho e conformidade com os serviços prestados, garantindo à contratante total transparência e controle sobre os resultados e a qualidade das atividades realizadas.

**Local e Data:** [Cidade], [Data]

**Assinatura:**

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]  
[CPF DO REPRESENTANTE LEGAL]  
[CARGO]  
[NOME DA EMPRESA]  
[CNPJ]

**REALIZAR VISITAS  
PRESENCIAIS AOS LOCAIS DE TRABALHO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE LOGÍSTICA E ESTRUTURAL PARA  
REALIZAR  
VISITAS PRESENCIAIS AOS LOCAIS DE TRABALHO**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ DA EMPRESA], com sede à [ENDEREÇO DA EMPRESA], representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], na qualidade de [CARGO], vem por meio desta, declarar para os devidos fins que possui **capacidade logística e estrutural** para realizar visitas presenciais aos locais de trabalho, conduzir entrevistas e exames, e atender à demanda dos órgãos públicos.

A empresa também se compromete a garantir tal estrutura e capacidade logística durante toda a vigência do contrato, a fim de garantir o atendimento de todas as demandas dos órgãos públicos de forma adequada.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura (do representante legal)

Rio de Janeiro, 30 abril de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mendes Meyohas, Subsecretário de Estado**, em 05/05/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Gomes Soares, Assistente**, em 05/05/2025, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Herbert Klimger Afonso Alencar, Assessor**, em 05/05/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Diniz, Assistente Executivo**, em 05/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **99127896** e o código CRC **65CD0B67**.

---

Referência: Processo nº SEI-150001/005766/2024

SEI nº 99127896

Rua Pinheiro Machado, S/Nº, Palácio Guanabara - Bairro Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-090  
Telefone: